



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

TAMARA TÁXIMA DO NASCIMENTO

**REPERTÓRIOS SOBRE RAÇA E RACISMO  
EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ACERCA DA COVID-19 NO BRASIL**

**RECIFE**

**2024**

**TAMARA TÁXIMA DO NASCIMENTO**

**REPERTÓRIOS SOBRE RAÇA E RACISMO  
EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ACERCA DA COVID-19 NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós – Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal de Pernambuco  
como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas

**RECIFE**

**2024**

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Nascimento, Tamara Taxima do.

Repertórios sobre raça e racismo em produções científicas acerca da COVID-19 no Brasil / Tamara Taxima do Nascimento. - Recife, 2025.

108f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2025.

Orientação: Benedito Medrado Dantas.

Inclui referências.

1. Raça; 2. Racismo; 3. COVID-19; 4. Psicologia; 5. Construcionismo social; 6. Revisão sistemática. I. Dantas, Benedito Medrado. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

**TAMARA TÁXIMA DO NASCIMENTO**

**REPERTÓRIOS SOBRE RAÇA E RACISMO  
EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ACERCA DA COVID-19 NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós – Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal de Pernambuco  
como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Aprovada em: 30/04/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Benedito Medrado (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Conceição Costa (Examinadora externa)  
Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)

---

Prof. Dr. Jefferson de Souza Bernardes (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, por todo investimento possível e sacrifício no início de minha jornada acadêmica. Sem eles nada disso seria possível.

Ao meu esposo Gert, que esteve ao meu lado em todos os momentos antes, durante e depois desse processo. Por todo cuidado, incentivo, amor, apoio incondicional e compreensão. Obrigada por acreditar em mim quando por muitas eu mesma duvidei.

A minha amiga Mariana por todo apoio, que vai muito além do técnico e profissional, e que me inspira com sua força, coragem e sensibilidade que eu tanto admiro.

Aos meus colegas de mestrado que compartilharam os bons e maus momentos comigo.

Ao meu orientador, Benedito Medrado, pelo apoio, orientações e provocações que tanto me mobilizaram.

Aos meus colegas do trabalho (Nathy, Gilson, Ari e Lely), que compartilharam comigo o ofício da docência, além de ter de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. É menos doloroso sobreviver com eles. A Nain, as Lacras e ao Bonde, com quem compartilho a dor e a delícia do ofício de ser psicóloga, além do afeto que ultrapassa a prática profissional.

A mim mesma. Não foi uma jornada fácil, muito menos prazerosa. Uma pandemia, adoecimentos de ordem física e mental foram alguns dos panos de fundo da produção deste trabalho. Passar por isso me exigiu força e coragem, diante de tantas adversidades e percalços, de um sistema acadêmico que não estava e nunca estará satisfeito em me ver conseguir. Diante de tudo isso, eu não desisti.

Ao Divino. Eu nunca estive sozinha.

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, ”

– *Angela Davis, discurso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2017.*

## RESUMO

Dadas as desigualdades estruturais historicamente (re)produzidas, a população negra se apresenta como uma das mais afetadas pela pandemia do COVID-19. A precariedade e violação de direitos fundamentais produziu contornos ainda mais complexos durante a pandemia de COVID-19, que se expandiu no Brasil, a partir do primeiro semestre de 2020. O estudo fundamenta-se na compreensão da pandemia como um fenômeno social complexo que amplificou disparidades existentes, especialmente no que diz respeito à saúde e às questões raciais, percorrendo uma análise crítica de artigos científicos, explorando como diferentes perspectivas teóricas abordam a relação entre raça, racismo e a disseminação da COVID-19 e quem são os interlocutores que discursam sobre o tema. Além disso, examina-se o papel das práticas institucionais de invisibilidade na perpetuação ou mitigação das disparidades raciais durante a pandemia. Diante desta realidade e de negligenciamentos que silenciam as necessidades e invisibilizam a população negra, em discursos e dispositivos institucionais, essa dissertação aborda a questão racial na produção de conhecimento científico sobre o contexto da pandemia de COVID-19. Propomos como objetivo geral analisar a produção científica relacionadas à raça e ao racismo no contexto da pandemia de COVID-19 e como objetivos específicos: mapear repertórios discursivos sobre raça e racismo nas obras identificadas por meio da revisão bibliográfica, identificando tendências, variações e contradições; mapear nomeações utilizadas para referir à população negra nestas produções; mapear vozes/interlocutores e posições presentificadas nestas produções. Do ponto de vista metodológico, optamos pela revisão sistemática da literatura, ao analisar e sintetizar as contribuições acadêmicas sobre raça e racismo no contexto da crise sanitária global. Para construção do nosso *corpus* de análise, foram identificadas publicações em 3 (The Scientific Electronic Library Online - SciELO, portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia -PePsic, Biblioteca Virtual em Saúde - BDTD e Biblioteca Virtual em Saúde - BVS). Essas plataformas reúnem conteúdo de publicações científicas oriundas de diferentes bases de dados de periódicos científicos, os quais são indexados e oferecem acesso aberto. A busca nessas bases resultou em 11 artigos no SciELO, 3 no BVS e nenhum artigo foi encontrado no PePsic ou no BDTD. Nossas análises evidenciam lacunas e sugerem direções para futuras pesquisas,

destacando a importância de abordagens inclusivas e antirracistas na formulação da construção do conhecimento sobre raça e COVID-19 e oferecendo subsídios para reflexões e ações que visam promover equidade e justiça social em contextos de crise sanitária, destacando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e comprometida com a igualdade racial.

**Palavras-chave:** raça; racismo; COVID-19; revisão dialógica da literatura; repertórios discursivos

## **ABSTRACT**

Given the historically (re)produced structural inequalities, the black population appears to be one of those most affected by the COVID-19 pandemic. The precariousness and violation of fundamental rights produced even more complex contours during the COVID-19 pandemic, which expanded in Brazil from the first half of 2020. The study is based on the understanding of the pandemic as a complex social phenomenon that amplified existing disparities, especially with regard to health and racial issues, going through a critical analysis of scientific articles, exploring how different theoretical perspectives address the relationship between race, racism and the spread of COVID-19 and who are the interlocutors who speak about the theme. Additionally, the role of institutional practices of invisibility in perpetuating or mitigating racial disparities during the pandemic is examined. Faced with this reality and with neglect that silences the needs and makes the black population invisible, in discourses and institutional devices, this dissertation addresses the racial issue in the production of scientific knowledge about the context of the COVID-19 pandemic. We propose as a general objective to analyze scientific production related to race and racism in the context of the COVID-19 pandemic and as specific objectives: to map discursive repertoires about race and racism in the works identified through the bibliographic review, identifying trends, variations and contradictions; map nominations used to refer to the black population in these productions; map voices/interlocutors and positions present in these productions. From a methodological point of view, we opted for a systematic literature review, when analyzing and synthesizing academic contributions on race and racism in the context of the global health crisis. To construct our analysis corpus, publications were identified in 3 (The Scientific Electronic Library Online - SciELO, Electronic Journals of Psychology portal - PePsic, Virtual Health Library - BDTD and Virtual Health Library - VHL). These platforms bring together content from scientific publications from different scientific journal databases, which are indexed and offer open access. The search in these databases resulted in 11 articles in SciELO, 3 in VHL and no articles were found in PePsic or BDTD. Our analyzes highlight gaps and suggest directions for future research, highlighting the importance of inclusive and anti-racist approaches in formulating the construction of knowledge about race and COVID-19 and offering support for reflections and actions that aim to promote equity and social justice

in contexts of health crisis, highlighting the need for an interdisciplinary approach committed to racial equality.

**Keywords:** race; racism; COVID-19; dialogic review; discursive repertoires

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                   |                                                                                                                                                                                        |    |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1 –</b> | Evolução das taxas de óbito por COVID-19 segundo raça/cor até 15 de junho de 2020.....                                                                                                 | 67 |
| <b>Figura 2 –</b> | Desigualdades raciais no Brasil destacadas por Sthel e Silva (2021)...                                                                                                                 | 68 |
| <b>Figura 3 –</b> | Mapa conceitual com os determinantes da morbimortalidade da população negra ao COVID-19 apresentado por Dantas, Silva e Barbosa (2022).....                                            | 73 |
| <b>Figura 4 –</b> | Determinantes, impactos e estratégias de enfrentamento da pandemia do COVID-19 na população negra do Brasil por Santos e Colaboradores (2020b).....                                    | 83 |
| <b>Figura 5 –</b> | Recomendações para reduzir os impactos negativos do COVID-19 em grupos vulnerabilizados propostas pelo GT Racismo e Saúde da Abrasco, elencado por Santos e Colaboradores (2020b)..... | 84 |
| <b>Figura 6 –</b> | Distribuição dos autores pelos estados do Brasil.....                                                                                                                                  | 85 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                      |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1</b> – Artigos da revisão bibliográfica e suas informações<br>gerais..... | 53 |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE TABELAS

|                   |                                                         |    |
|-------------------|---------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1 –</b> | Descrição das etapas analíticas e suas intenções.....   | 51 |
| <b>Tabela 2 –</b> | Definições de racismo nas produções.....                | 60 |
| <b>Tabela 3 –</b> | Tipos de racismo mencionados nas produções.....         | 61 |
| <b>Tabela 4 –</b> | Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade..... | 87 |

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

|          |                                                        |
|----------|--------------------------------------------------------|
| ABRASCO  | Associação Brasileira de Saúde Coletiva                |
| BDTD     | Biblioteca Virtual em Saúde                            |
| BVS      | Biblioteca Virtual em Saúde                            |
| CONPSI   | Congresso Norte-Nordeste de Psicologia                 |
| COVID-19 | Corona Virus Disease 2019                              |
| CTSPN    | Comitê Técnico de Saúde da População Negra             |
| FIOCRUZ  | Fundação Oswaldo Cruz                                  |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística        |
| OMS      | Organização Mundial da Saúde                           |
| OPAS     | Organização Pan-Americana de Saúde                     |
| PePsic   | Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia         |
| PNAD     | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios            |
| PNSIPN   | Política Nacional de Saúde Integral da População Negra |
| SciELO   | The Scientific Electronic Library Online               |
| SRAG     | Síndrome Respiratória Aguda Grave                      |
| SUS      | Sistema Único de Saúde                                 |
| UTI      | Unidades de Tratamento Intensivo                       |

## SUMÁRIO

|                                                                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 PRÓLOGO: PORQUÊ PESQUISAR RAÇA?                                                                           | 16 |
| 2 INTRODUÇÃO                                                                                                | 20 |
| 3 REFERENCIAL TEÓRICO                                                                                       | 27 |
| 3.1 RAÇA E RACISMO: UM DEFEITO DE COR                                                                       | 27 |
| 3.2 RAÇA E COVID-19: ARTICULAÇÃO DAS CATEGORIAS                                                             | 35 |
| 3.4 O SABER CIENTÍFICO E SEU LUGAR NA HISTÓRIA                                                              | 39 |
| 4 ENQUADRAMENTO ÉTICO-POLÍTICO-METODOLÓGICO E A ESTRUTURAÇÃO DESTE ESTUDO                                   | 42 |
| 4.1 A CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DESTA PESQUISA: MAPEANDO A LITERATURA CIENTÍFICA                          | 43 |
| 4.2 SOBRE O EXERCÍCIO DE ANÁLISE                                                                            | 44 |
| 4.2.1 Nossa lente analítica: o Construcionismo social                                                       | 45 |
| 4.2.2 Uma perspectiva construcionista social e dialógica: a ciência como método dela mesma                  | 47 |
| 4.2.3 O passo a passo da análise                                                                            | 48 |
| 5 RESULTADOS                                                                                                | 52 |
| 5.1 SOBRE A CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> PARA ANÁLISE                                                        | 52 |
| 5.2 SOBRE OS PRODUTOS DE NOSSAS ANÁLISES                                                                    | 59 |
| 5.1 Eixo temático 1: o racismo e suas magnitudes                                                            | 60 |
| 5.2 Eixo temático 2: a saúde e o COVID-19 em face às questões de raça                                       | 62 |
| 5.3 Eixo temático 3: a dinâmica dialógica escancaramento-mascaramento do sistema racista durante a pandemia | 67 |
| 5.4 Eixo temático 4: a política e suas interfaces com o racismo                                             | 73 |
| 5.5 Eixo temático 5: intervenções                                                                           | 80 |
| 6 DISCUSSÃO                                                                                                 | 86 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                                                      | 94 |
| REFERÊNCIAS                                                                                                 | 99 |

## 1 PRÓLOGO: PORQUÊ PESQUISAR RAÇA?

Para dialogar com a pergunta acima, preciso falar em primeira pessoa do singular, aceitando o convite de Donna Haraway (1995), para quem é de fundamental importância reconhecer e valorizar as perspectivas posicionadas, também no âmbito das práticas discursivas acadêmicas e científicas. Isto porque, as narrativas singulares estão situadas a partir dos lugares que ocupamos na complexa matriz discursiva em que as pessoas e o mundo se constroem. A negação ou supressão de certas vozes/posições de sujeito, inclusive, é um dos principais problemas para o desenvolvimento da ciência e nossa apreensão da realidade ou do que poderíamos chamar de efeitos de verdade<sup>1</sup>.

Haraway (1995) questiona a noção de objetividade absoluta e propõe que todas as perspectivas são contextuais e parciais, provisórias e precárias, conformadas pelas experiências e posições sociais dos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, ela encoraja os/as pesquisadores/as a reconhecerem e compartilhar suas próprias posições como parte essencial do processo científico, em vez de procurarem adotar uma pretensa neutralidade objetiva; neutralidade esta que parte de um discurso de cientistas e filósofos inscritos em uma ordem que favorece éticos e estéticas sexistas e patriarcais.

Falo, portanto, a partir de um lugar: sou uma mulher, cisgênero, negra de pele clara, pós-graduanda em uma universidade pública do nordeste do Brasil, que teve toda sua formação no ensino público, desde o ensino fundamental. Sou fruto das políticas afirmativas. Minha nota de entrada na graduação recebeu os 10% referente às cotas afirmativas para estudantes oriundos de escola pública, modelo em vigência em 2010. Nesta época, ainda não haviam sido implementadas as cotas para a população negra, e, vejam que (nada) curioso, as únicas cinco pessoas negras da turma de 2011.1 de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco eram justamente estudantes de escola pública, beneficiados/as pela política de ação afirmativa, ainda tão restrita naquele recorte de tempo. Sou fruto das políticas de assistência estudantil do Governo Federal de 2013: usufruí de bolsa de manutenção acadêmica, que me permitiu viajar

---

<sup>1</sup> Como nos alerta Cesar Candiotto (2006), para Michel Foucault, o que chamamos de “verdade” não se define por si mesmo por instrumentos de regulação e controle... “possui um significado unívoco sendo, antes, um jogo histórico, uma enunciação dramática: ela pode ser o mecanismo do qual dispomos para preencher o vazio que constitui nosso pensamento finito, ou a justificação racional que elaboramos para compreender nossas práticas cotidianas, ou ainda o escudo protetor que adquirimos diante das vicissitudes que nos ameaçam. Contudo, o que entendemos por “verdade” pode estar associado também a riscos que assumimos, a resistências que sustentamos, ao ethos filosófico que incorporamos mediante a crítica de nosso ser histórico (p. 73).

pela primeira vez de avião para apresentar dois trabalhos no Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (CONPSI), em 2014. Sou, também, fruto das políticas de ação afirmativa nos programas de pós-graduação, agora sim, com cotas de vagas reservadas para a população negra.

Diante desta trajetória, não há como não falar de política de Estado, pois essa que me atravessa, atravessa também minha história e a história da minha família. Fui a primeira pessoa da minha família (dentre bisavôs, avôs, tios, pais e primos) a ingressar no ensino superior e isso carrega grande senso de (in)justiça, mas também de honra, responsabilidades e descobertas. Num cenário acadêmico em que a maioria das pessoas são brancas, onde tudo contribui para que pessoas negras desistam da graduação, eu ali, me reconheci negra, porque nem sempre assim me foi tão evidente. Na universidade, é impossível não (se)perceber nas tramas complexas de raça/racismo.

Vim de uma família majoritariamente negra, principalmente a linhagem materna, com a qual tive mais proximidade durante a infância, adolescência e vida adulta. Neste contexto me constitui enquanto sujeito. Meus avôs maternos, tios, primos, todos são negros. Meu pai é um homem cisgênero branco e minha mãe uma mulher cisgênero negra de pele escura, e por isso, por ter a pele mais clara que os meus familiares, eu sempre fui lida como “amarelinha”, apelido que carinhosamente minha mãe me chama. Demorei pra me (re)conhecer negra, a ponto de olhar para minhas fotos antigas, nas quais antes eu via uma criança branca, e hoje olhar e pensar: esta é uma criança negra. A percepção é subjetiva, portanto, banhada de experiências; dialógica por princípio. Me percebi uma mulher negra quando – para além do meu nariz, olhos, boca, cabelo, tom de pele, ou qualquer” traço negro” que aponte tal fenótipo – percebi a diferença com que pessoas negras são tratadas, e para a minha surpresa, eu também era tratada assim.

A formação de nível superior garantiu-me oportunidades que primos meus não tiveram, como por exemplo conseguir me isolar na pandemia. Minha profissão me possibilitou isso: sou psicóloga, e dentre as minhas atuações, exerço a função de psicóloga clínica, o que me permitiu trabalhar na modalidade online e garantir a permanência de minhas atividades, mesmo diante do isolamento.

Em março de 2020, quando as medidas sanitárias de controle da pandemia começaram a ser implementadas, ainda de forma precária e a partir de resistências de

um Governo Federal que não reconhecia o racismo estrutural como problema, eu não pensei na minha família primeiro: pensei no vendedor- um homem negro- que me atende tão bem na barraquinha que fico quando vou à praia. Como ele vai se sustentar financeiramente se as pessoas não poderão mais ir à praia? Como, se ele não tem um emprego formal? Pensei nas pessoas que pegam a linha de ônibus 155-Jordão Baixo/Boa Viagem todos os dias, para trabalhar em Boa Viagem, atendendo aos mais diversos serviços. A pandemia chegou, e para a minha (não) surpresa a linha 155 continuou lotada, afinal, os serviços de porteiros e empregadas domésticas também foram considerados serviços essenciais (para atender a necessidade de alguns) e não foram suspensos no período de isolamento na pandemia.

Na minha família nuclear, apenas meu pai não deixou de trabalhar fora de casa em nenhum momento. Meu pai é porteiro. Todos os dias, meu pai saía de casa com medo. As pessoas do meu bairro saíam de ônibus para trabalhar, com medo. Diante deste cenário, o Governo Federal, pela via do Ministério da Saúde, elege algumas medidas para evitar a propagação do vírus: “evite aglomerações, use máscaras, use álcool em gel, lave as mãos...”. Esse conjunto de medidas não era garantido às pessoas com quem eu convivo. Como solicitar que as pessoas lavem as mãos, se não garantimos abastecimento de água e saneamento básico para todos/as? Como pedir que usem álcool em gel, se diante da procura às farmácias o valor do produto foi superfaturado? Como pedir que as pessoas fiquem em casa, se elas são obrigadas a trabalhar? Eu via isso todos os dias, na minha família, com meus vizinhos, no bairro em que eu moro.

O bairro em que eu moro se chama Jordão. Podemos categorizá-lo como aquilo que se convencionou chamar de “comunidade”, território marcado pela pobreza e precariedade. O bairro que eu moro é um bairro negro; um bairro que “serve” a Boa Viagem. Eu estava em casa e vi no jornal que “Bairros periféricos são os bairros em que há uma maior letalidade por COVID-19” (Folha PE, 2020; Diário de Pernambuco, 2020; Jornal do Commercio, 2020). Como? Porquê? Porque ninguém se importa com isso? A realidade está aí, escancarada, posta. Alguns corpos são escolhidos para morrer, atravessados por um recorte de raça e classe. Isso me incomodou e me incomoda até hoje, e como acadêmica, decidi fazer uso desta função para fazer também ecoar minhas inquietações no meu fazer e no que eu pesquiso. Almejo aproximar minhas reflexões às reflexões que pesquisadoras como Maria de Jesus Moura e Ceça Costa começaram: os

estudos sobre raça e racismo<sup>2</sup> no campo da Psicologia em Pernambuco. As primeiras, que com coragem e sensibilidade, ousaram romper com o sistema e falar sobre aquilo que sustenta os pilares da academia. Graças a elas, que falaram primeiro, hoje também posso e quero falar sobre e pesquisar sobre. Porém, pesquisar sobre racismo dói. Eu sabia, e achei que estava preparada. Mas não estava.

A morte é a única certeza que temos em relação à vida. Nossa existência é, definitivamente, finita. Porém, como muito bem nos alerta Achille Mbembe (2018), na economia necropolítica da vida, alguns corpos são escolhidos para morrer. Numa dinâmica de uma cultura, de uma sociedade e de um estado que construiu a partir de processos de colonização e colonialidade, a régua de gestão dessas mortes é sobretudo operada a partir de recortes de raça e classe. Obviamente, em uma situação extrema, como uma pandemia, essa dinâmica se acirra. Pesquisar sobre isso, me ver nos dados, ver as pessoas que amo, não foi e não é fácil, porém, desistir para mim nunca foi uma opção. Desistir significaria meu trabalho deixar de existir, ele e todo o percurso que foi vivido diante da escolha de fazer o mestrado. E diante dessa escolha, nasce a minha pesquisa, que não se encerra aqui, e sigo desejosa que ela faça ecoar em outras mais.

Vale ressaltar que, inicialmente, em meu trabalho, desejei pesquisar como corpos negros construíam suas alternativas de autocuidado diante do contexto de COVID-19. Porém, com o andar da minha pesquisa, percebi que passos anteriores precisavam ser dados e meu objeto se voltou à produção científica, dada a riqueza e complexidade identificada na revisão da literatura, que explicitava problemas diversos.

---

<sup>2</sup> Ressalto a dissertação de Maria de Jesus Moura intitulada “A produção de sentidos sobre violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero”, de 2009; bem como a dissertação de Ceça Costa intitulada “Relações raciais e ações afirmativas em textos jornalísticos da cidade de Recife”, de 2010; ambas defendidas neste mesmo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE.

## 2 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na linha de pesquisa sobre processos psicossociais, poder e práticas coletivas do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE e tem como objeto reflexões sobre raça e racismo na produção discursiva científica brasileira sobre a pandemia de COVID-19.

O conceito de raça deriva do termo italiano *razza*, que, por sua vez, advém do latim *ratio* – que alude uma relação estabelecida entre dois conjuntos. Essa palavra tem sua emergência usual nas ciências naturais para classificar animais e vegetais, na Zoologia e Botânica, respectivamente. No latim medieval o conceito passou a abranger a noção de descendência, linhagem, e, portanto, foi migrando para ser utilizado com seres humanos. É somente em 1684 que a palavra se aproxima de sua conotação moderna, “para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças” (Munanga, 2004, p. 1). Mas para que serve o conceito de raça?

Nos séculos seguintes (XVI e XVII), a lógica e o ethos racial atuaram para organizar as classes sociais da época. A título de exemplificação, nesta época tínhamos os Francos – nobreza local e que tinha origem germânica – que buscavam se opor, diferenciar-se, dos Gauleses – que eram, majoritariamente, plebeus. Neste cenário, o sangue puro da primeira raça é utilizado como argumento para naturalizar sua dominação sobre a segunda. Há, portanto, uma raça ideal – historicamente nomeada de raça “pura” – e uma que é subjugada. Nesta relação, as divergências morfo-biológicas raciais notáveis entre os indivíduos viraram elementos essenciais para produzir e justificar essa segregação de classes (*ibid*).

A partir do século XVIII, século das luzes, a temática de raça passou a ser também explorada pelos filósofos iluministas. Eles passam a questionar as verdades ditadas pela igreja – cujos discursos orientavam as classes dominantes e classes subjugadas – e forjam, a partir de seus questionamentos, um novo caminho. As reflexões filosóficas possibilitam a ciência, campo de conhecimento emergente, não só trazer seus argumentos e reflexões sobre a temática, como também monopolizá-la (Munanga, 2004).

Uma das primeiras propostas pseudocientíficas para a divisão de raças foi a cor de pele, especificamente, da presença da melanina – seja ela na pele, nos olhos ou no

cabelo. A este elemento é conferido o estatuto de um divisor de água para as categorizações das raças: que passam a ser divididas em branca, negra e amarela. Há, aí, porém, uma grande contradição – mas que, uma vez estabelecida a cor como parâmetro principal – que passa a ser invisibilizada, distorcida, naturalizada. Acerca disto, Munanga (2004) argumenta:

Ora, a cor da pele resultante do grau de concentração da melanina, substância que possuímos todos, é um critério relativamente artificial. Apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos. Os negros da África e os autóctones da Austrália possuem pele escura por causa da concentração da melanina. Porém, nem por isso eles são geneticamente parentes próximos. Da mesma maneira que os pigmeus da África e da Ásia não constituem o mesmo grupo biológico apesar da pequena estatura que eles têm em comum (p.4)

O autor, então, explicita o contraste que é unir algumas pessoas, apenas porque elas possuem a mesma cor de pele, quando, geneticamente há poucos índices de afiliação. Essa aproximação – nomeada de raça – é, depois, a partir do século XIX, defendida a partir de outros elementos: os morfológicos, tais como os traços do rosto, tamanho do crânio (dolicocefalia) etc. No século seguinte – o XX – a ciência biológica (genética humana, depois a bioquímica e biologia molecular) ganha uma voz de preponderante para determinar qual o parâmetro que define as raças: há no sangue aspectos químicos, os marcadores genéticos. Deste novo padrão, passam a serem conhecidas dezenas de raças. Percebe-se, ainda, que uma raça possui, em menor incidência, marcadores genéticos de outras. Assim sendo, conclui-se que raça não é efetivamente uma realidade biológica, mas um conceito cientificamente forjado para dar conta da diversidade humana (Munanga, 2004).

Munanga (2004) ainda destaca que, neste movimento, o principal problema não é o mapeamento e classificação das características físicas partilhadas por um grupo dentro da mesma categoria de raça, mas que, nesta empreitada, passam a ser produzidas qualificações psicológicas, morais e intelectuais às raças. Não era apenas porque tal raça possuía tais características físicas, mas porque elas eram as que possuíam maior inteligência, beleza, habilidade etc. A investigação da variabilidade humana, como objeto de estudo científico, culmina em uma hierarquização que pavimenta o caminho para o racismo, bem como para o nascimento de pseudociências como a raciologia (*ibid*).

a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial (Munanga, 2004, p.5).

Deste modo, um conceito que emerge para remeter a uma questão física – e, portanto, dentro do campo biológico – ganha teor psicológico e moral, passando a ser um conceito carregado de ideologia. Imerso em matriz ideológica esconde, em si, relações de poder e de dominação. Desta maneira, podemos dizer que, hoje, ao falarmos de raça, não podemos tratá-la simplesmente como uma categoria biológica, natural; há que se enfatizar o porquê da necessidade de ainda utilizarmos este operador. Não só como operador social, cotidiano, mas que é onipresente também no discurso científico.

Neste trabalho pensa-se raça como uma categoria etno-semântica, ou seja, como um conceito semântico que é influenciado pela estrutura social e pelas relações de poder. Assim sendo, só podemos pensar raça a partir de reflexões de sua dimensão política-ideológica e etno-semântica (Munanga, 2004).

Uma vez que só podemos pensar raça a partir de como socialmente esse conceito é lido, não há como falar de raça sem falar de racismo. Almeida (2018) define racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (p. 22). Assim, compreendemos o racismo enquanto é uma discriminação racial de caráter sistêmico e, portanto, que não pode ser reduzido a ações pontuais (um ato discriminatório ou grupo de ações). Pensar racismo envolve considerar a dinâmica de segregação racial, “ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais” (Almeida, 2018, p. 24).

O racismo, portanto, atua continuamente em nossas organizações sociais. Inclusive, a partir de magnitudes diversas, as quais iremos explicar em detalhes em nosso referencial teórico. Por hora, buscamos apenas caracterizar de modo geral esse fenômeno para lançarmos a seguinte questão: mas quais seriam as interlocuções entre o racismo e o

coronavírus?

Também conhecido como SARS-CoV-2 ou COVID-19 – sigla para *Corona Virus Disease*, doença do vírus corona, e a numeração “19” referente ao ano de 2019 – é um vírus que causa infecções respiratórias. O seu nome, corona, vem em alusão ao seu formato microscópico, que lembra uma coroa. Esse vírus foi inicialmente identificado na China, em 2019, e rapidamente espalhou-se por todo o mundo. Devido a sua disseminação veloz por todos os continentes, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estarmos em face a uma pandemia.

Segundo a OMS (2020), a maioria dos pacientes com COVID-19 apresentam sintomas leves e sem complicações. Apenas vinte por cento dos casos há complicações: em 15% é necessária a hospitalização para a oxigenoterapia e em 5% é imperioso a internação em unidades de terapia intensiva (UTI). A OMS (2020) ainda aponta que as hospitalizações acontecem principalmente em face a alguns fatores de risco, tais como: idade igual ou superior a 60 anos; tabagismo; obesidade; miocardiopatias de diferentes etiologias (insuficiência cardíaca, miocardiopatia isquêmica etc.); hipertensão arterial; doenças cerebrovasculares; pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave, doenças pulmonares obstrutivas crônicas); imunodepressão e imunossupressão; doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5); diabetes melito; doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica; neoplasia maligna (exceto câncer não melanótico de pele); cirrose hepática; algumas doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme e talassemia); e gestação.

Deste modo, em face a esse vírus e os elementos agravantes do contágio, fez-se necessária medidas de contenção e prevenção ou as demandas de hospitalizações chegariam a níveis exacerbados, levando a uma saturação dos sistemas de saúde. No cenário brasileiro, isso significaria, principalmente, um aumento exponencial na demanda assistencial sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em face a isto, em 3 de fevereiro de 2020 a Presidência da República declarou Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional (Portaria nº 188) e sancionou uma lei nacional (nº 13.979) que orientava as autoridades a impor o isolamento e a quarentena de pessoas infectadas, ou seja, de casos como ações estratégicas para impedir a propagação do vírus. Contudo, mesmo havendo sinalizações, por parte de

algumas de instituições, de preocupações com a interrupção da disseminação do COVID-19, o Carnaval daquele ano (2020) ocorreu normalmente – mesmo sendo um evento que produziria grandes aglomerações coletivas.

Em março – quando a OMS já havia caracterizado a situação como pandemia – haviam sido registrados 34 casos em nosso país. Naquele momento, esses casos estavam concentrados em apenas dois estados: São Paulo e Rio de Janeiro. Menos de uma semana depois, o número de casos diagnosticados já chegava a 200, caracterizando uma transmissão comunitária. Diante deste cenário, o Governo Federal tomou algumas medidas: a ampliação da capacidade do SUS – tais como aumento de infraestrutura (leitos de UTI – Unidades de Tratamento Intensivo), recursos humanos – e construiu protocolos de saúde. Surge aqui uma regulamentação do teletrabalho, não só para a população poder cumprir isolamento em suas casas, como também a opção da telemedicina, para orientar pessoas com sintomas de COVID-19 (Peña *et al*, 2020).

Contudo, ainda em março, no dia 23, temos um evento que muda significativamente a relação do combate ao vírus: Jair Bolsonaro, presidente do Brasil na época, discursa desaprovando as medidas de distanciamento social – que, naquele momento, eram defendidas não só pelo Ministério da Saúde, bem como adotadas por governos estaduais e municipais. Desde então, houve a produção de duas perspectivas de como lidar com o vírus: 1) a partir de medidas rigorosas de contenção da propagação; 2) autoridades contrárias ao isolamento, que criticam o cerceamento da liberdade e buscam a cura do COVID-19 através de medicamentos sem fundamentos científicos (Cimini; Julião, Souza, 2020).

Essas tensões de perspectivas irão permear todo um percurso caracterizado por ações políticas não coordenadas. Esse descompasso culmina nos desencontros de ações – que hora focaram em um achatamento da curva de casos, hora no aumento da capacidade do sistema, mas sem as devidas informações, produzindo ações nada estratégicas e, portanto, com pouca eficiência. Deste modo, por todo o país, houve um grande esgotamento do SUS, que passou a apresentar taxas de ocupações de mais de noventa por cento. Junto a este agravante, temos também a elevação das taxas de morte (ibid).

Essas taxas de morte, todavia, não são iguais para toda a população. A relação entre o contágio – e também mortalidade em decorrência do vírus – está atrelada a questões

raciais. Os números e projeções produzidas durante a pandemia evidenciam que a propagação do covid não afetou de forma igualitária os diversos grupos sociais (Noronha *et al*, 2020), a saber que houve um maior risco de morte por COVID-19 entre pardos e pretos (Baqui *et al*, 2020).

A fim de explorar em mais detalhes esta interseção entre o vírus e aspectos de raça, o presente trabalho fez um levantamento da literatura produzida sobre isto durante e após o período pandêmico – até os dias atuais. Foram encontrados 16 trabalhos sobre a temática (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Gonzaga; Cunha, 2020; Oliveira *et al*, 2020; Sthel; Silva, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Silva; Silva, 2021; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2022; Santos; Silva, 2022; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Lorena *et al*, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Silva, 2022; Palinski; 2022; Silva; Silva, 2023). Ao longo desta dissertação, exploraremos em mais detalhes como esta revisão foi feita e os achados a partir da leitura dialogada destas produções. Por hora, o que nos saltou aos olhos é como, embora as informações sejam inquestionáveis e expressivas acerca de como a pandemia afetou de forma mais significativa a população negra, não encontramos um número expressivo de produções acerca disto. Em face a isso, nos perguntamos: por que a literatura científica não tem debatido ou problematizado estas informações? Por que os determinantes raciais muitas vezes são categorias de análise que são ignoradas, neste caso, na produção científica?

A partir deste contraste nasce a nossa questão de pesquisa, que busca explorar o que o discurso tem produzido acerca desta temática. Mais especificamente, interrogamos: quais os repertórios discursivos foram construídos sobre a forma como a população negra foi cuidada no contexto de COVID-19? Ou seja, buscamos observar qual é o olhar que essas produções têm lançado sobre esse fenômeno e como essas produções científicas abordam essas questões relacionadas a raça e racismo no contexto de COVID-19. Orientados por essa indagação, lançamos, então, como objetivo geral analisar como os conceitos de raça e racismo se configuram e são nomeados na produção científica brasileira sobre a pandemia de COVID-19.

Este objetivo se justifica a partir de uma dupla relevância: social e acadêmica. Em termos acadêmicos, buscamos não só contribuir com o campo dos estudos em Psicologia sobre raça, como também fazer uma revisão crítica sobre o posicionamento do conhecimento científico em relação a esta temática, ou seja, colaboraremos para a

reflexão de como a construção de conhecimento sobre raça vem sendo estruturada – mapeando possíveis sinais de racismo na construção científica. Ainda, em resultados e discussões, caracterizamos como a população negra foi retratada nas produções científicas. Isto possibilitou pensar estratégias de combate ao racismo estrutural<sup>3</sup> no cenário de produção de saberes.

No tocante à relevância social, é preciso que as vivências e as realidades da população negra sejam levadas em consideração nas produções científicas, tal como nesta dissertação; iniciativas como esta permite que nós, negros e negras, não sejamos vistos apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos epistemológicos que temos algo a dizer. A partir das análises aqui empreendidas, buscaremos lançar luz sobre a contínua luta da população negra no combate à discriminação e exclusão de direitos básicos, como à saúde. Ainda, com esses achados, podemos mapear quais avanços foram demarcados pela literatura em relação às políticas públicas voltadas aos negros, bem como quais obstáculos e restrições ainda persistem.

A fim de atingir os objetivos deste trabalho, a dissertação foi dividida em diversos capítulos. No próximo capítulo o(a) leitor(a) irá encontrar uma revisão teórica das principais temáticas que circunscrevem a nossa questão de pesquisa: raça, ciência e o COVID-19. A seguir, os objetivos serão apresentados em mais detalhes para, então, explicitarmos o enquadramento ético-político-metodológico deste trabalho. Explicaremos como foi a proposta para a construção e análise das produções discursivas, para então detalhar o passo a passo de como foi executada a nossa análise para o(a) leitor(a).

Uma vez finalizados este capítulo metodológico, apresentaremos na sexta seção desta dissertação os resultados produzidos: primeiramente apresentando a literatura que foi selecionada para nossos estudos para, em seguida, evidenciarmos as categorias analíticas que construímos para sumarizar como as informações destes trabalhos dialogaram. No capítulo a seguir, exporemos nossas interpretações sobre essas informações, articulando as informações de nossos resultados com o que traz a vasta literatura, tecendo sumarizações e reflexões. Por fim, finalizamos esta dissertação

---

<sup>3</sup> Este termo será definido em maiores detalhes em nosso referencial, especificamente na página 23 deste trabalho. Por hora, compreendamos o racismo estrutural como um conceito que busca explicitar a presença do racismo em toda estrutura social e, portanto, presente nas ações, hábitos e falas cotidianas, promovendo, de modo direto ou indireto, segregação ou preconceito racial (Almeida, 2018).

trazendo algumas considerações finais acerca de todas as reflexões teóricas, éticas e políticas aqui produzidas, bem como sinalizando as contribuições e limitações do presente trabalho.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico estaremos apresentando para o(a) leitor(a) uma contextualização e conceituação dos principais assuntos a serem abordadas nesta dissertação, a saber: a questão da raça e racismo; sobre o fenômeno que demarca o contexto deste estudo, o COVID-19; e, por fim, acerca do saber científico e suas produções, destacando suas interseções com a questão de raça.

#### 3.1 RAÇA E RACISMO: UM DEFEITO DE COR<sup>4</sup>

Os indivíduos de ascendência africana foram introduzidos no território brasileiro durante o século XVI, vitimados pelo comércio de escravos que floresceu nas Américas até o século XVIII. Essa população, ao longo do tempo, tornou-se uma componente significativa da sociedade, incumbida das atividades laboriosas e posicionada no estrato social mais inferior. Uma proporção considerável da comunidade afrodescendente viu-se compelida a desempenhar funções nas propriedades rurais, integrando-se a um sistema de produção rural de natureza patriarcal, conforme discutido por Freyre (1933).

Uma distinção peculiar entre o Brasil e outros países que experimentaram o fenômeno da escravidão é o notável grau de miscigenação entre as populações de origens negra e branca. Em alguns casos, ou foram nações colonizadoras que não estabeleceram uma presença significativa de escravos negros dentro de suas fronteiras (como Espanha e Portugal), ou foram colônias que adotaram uma política estrita de segregação (apartheid) em relação à população negra (como os Estados Unidos e a África do Sul). No contexto brasileiro, a mestiçagem alcançou níveis consideráveis, diferentemente desses outros países, em que ela foi praticamente inexistente (Camino, 2001).

---

<sup>4</sup> O título se inspira em um romance histórico homônimo, "Um Defeito de Cor" escrito por Ana Maria Gonçalves (2006). A obra focaliza temas como escravidão, racismo e a luta pela liberdade no contexto brasileiro do século XIX. O enredo centra-se na vida de Kehinde, uma africana que, submetida à escravidão e a diversos abusos, é transportada para o Brasil. A protagonista, uma mulher negra, busca ao longo da trama a liberdade e autonomia em meio a um cenário marcado por desafios históricos e sociais. O título alude à tonalidade mais escura da pele da personagem principal, que contrastava com as normas socialmente aceitas na sociedade escravocrata brasileira da época. O livro explora as complexidades das relações raciais e de gênero, proporcionando uma análise perspicaz da história do Brasil sob a ótica da população negra e feminina. A obra é reconhecida por sua abordagem crítica e sensível das questões sociais e culturais relacionadas ao período da escravidão, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dessas dinâmicas históricas.

Ainda no tocante ao nosso país, o Brasil foi o último a abolir a escravidão. Cabe ainda, destacar que, embora ela tenha ocorrido, de fato, foi um processo lento e que deixou profundas cicatrizes na sociedade brasileira. Para compreender essas influências, é crucial recordar desde os cruéis navios negreiros e os instrumentos de tortura utilizados nesse contexto (Nunes, 2006), bem como nos remetemos a todo o processo de colonização promovido pelos povos europeus de ascendência branca, que impôs ao corpo negro um deslocamento para uma categoria social inferior, subjugado por uma fantasia falaciosa perpetuada pelos civilizadores.

Acerca dos elementos supracitados, Bento (2022) destaca: “nossa história foi profundamente marcada pela brutalidade contra as populações negra e indígena, que eram vistas como ameaça aos interesses dos europeus [...]” (p. 30). Essa operação serviu como alicerce para a instituição da escravidão, resultando na captura e encarceramento sistemático dos corpos de origem africana. Sob a égide do racismo e da ideologia de branquitude, a estruturação da paisagem social foi configurada com base no fenótipo, validando e sustentando as disparidades hierárquicas presentes na sociedade.

O conceito de branquitude é proposto por Cida Bento (2022), pesquisadora e ativista brasileira, para abordar as características e privilégios associados à identidade racial branca. Para Cida (2022), devemos examinar não apenas as experiências dos grupos racializados, como negros e indígenas, mas também entender como a branquitude é construída e internalizada na sociedade, posto que a branquitude transcende a mera condição de ser branco, ela abarca os privilégios sociais e as estruturas inerentes a essa identidade em sociedades permeadas por hierarquias raciais.

Assim, ao cunhar o conceito de branquitude a autora (Bento, 2022) busca promover uma reflexão crítica sobre a posição ocupada por indivíduos brancos na tessitura social, destacando as vantagens e a normalização de privilégios muitas vezes inadvertidos pelos próprios portadores da identidade branca. No entendimento de Bento (2022), a compreensão da branquitude desempenha um papel crucial no enfrentamento do racismo estrutural, facultando uma análise perspicaz das relações raciais e fomentando a consciência acerca dos privilégios associados à identidade branca. O propósito subjacente é que a reflexão sobre a branquitude contribua para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

Além de ocupar posições não privilegiadas, Veiga (2021, p. 90) enfatiza que, embora a população negra hoje não tenha experimentado diretamente os horrores da escravidão, foram e são continuamente confrontadas o desafio do embranquecimento. Veiga (2021) argumenta que a assimilação da política de embranquecimento nacional nas subjetividades negras cria uma condição psicológica debilitante. Isso se deve ao fato de que a característica inalterável da cor da pele posiciona socialmente o indivíduo negro em uma posição subalterna, gerando impactos significativos na vivência de sentimentos autodestrutivos na comunidade negra.

Borges e Gomes (2023, p. 28) explicitam e complementam a dinâmica explicitada por Veiga (2021) ao expressarem que comprometemos nossa subjetividade ao acreditar que o aspecto mais íntimo e pessoal, a cor da pele, é aquilo que precisa ser aniquilado. Esse entendimento revela a influência prejudicial da política de embranquecimento nas percepções internas da comunidade negra, acarretando em efeitos psicológicos adversos.

Ainda no tocante aos efeitos psicológicos da política de embranquecimento, no conhecimento popular é comum a disseminação da concepção de que indivíduos de ascendência negra manifestam inerente aversão a si mesmos, uma internalização que se origina tanto de nossas próprias perspectivas quanto de crenças limitadoras sobre seus próprios corpos (Veiga, 2019). No entanto, é imperativo reconhecer que tais convicções são moldadas por diversos elementos, incluindo facetas de índole política, histórica, social e mesmo afetiva. Logo, esse mecanismo subjetivo de assimilação do afeto alheio como uma projeção pessoal guarda semelhança com os processos vivenciados por outras vítimas de violências, sublinhando a complexidade e a multidimensionalidade dessas construções. Em relação a isso, Veiga (2019) aponta:

A vítima, por vezes, sente-se culpada pelo ocorrido quando o afeto de culpa deveria ficar com o abusador. Culpa e auto-ódio atravessam a dolorosa experiência de elaboração do trauma de uma violência. Os abusos do racismo sobre os corpos e as subjetividades negras têm como um de seus efeitos a culpa pela condição socioeconômica precária em que a maior parte da população negra se encontra; e o auto-ódio por toda a raça negra e por si mesmo por sentir-se falho, menor, sem qualidades diante dos privilégios da branquitude (p. 3).

Os escritos de Neusa Souza (2021) abordam esta temática ao discutirem a influência do ideal de brancura no ego do indivíduo negro, a instância responsável por sua

organização como sujeito. De acordo com essa análise, como um mecanismo para compensar e atenuar a alegada inadequação em relação à um suposto *defeito de cor*, há uma imperativa necessidade para o negro de constantemente superar as expectativas, almejando destacar-se em todas as esferas que frequenta. Associadas a essas expectativas elevadas, devido à carência de um ideal realizável para o ego, frequentemente emergem sentimentos de desvalorização própria, fobia e submissão entre esses indivíduos.

Adicionalmente, embora o desejo do indivíduo negro esteja vinculado à ascensão social, isto é, à adoção de características brancas, subsiste uma noção de pertencimento frágil e ininterrupto a um estado de vulnerabilidade (Hilário; Lima, 2023). É observado pelos autores que entre pares negros a dificuldade de se desvincular do lugar de vulnerabilidade que lhes foi atribuído, acompanhada por sentimentos de culpa e aflição. Lucas Veiga – expoente da Psicologia Preta e idealizador da plataforma *descolonizando.com*, que reúne textos, vídeos e cursos sobre saúde mental, questões raciais e anticoloniais – destaca que esses sujeitos percebem esse espaço de poder como se sua presença não fosse condigna, representando uma espécie de impostura. Ao tentar localizar o porquê destes eventos, Veiga (2021) explicita:

Certamente há uma dimensão sociopolítica dessa questão que é o fato de vivermos num país onde 75% da população mais pobre é negra, efeito de uma dívida que o Estado brasileiro tem com esta população devido à ausência de reparação econômica aos mais de trezentos anos de escravidão. A esta dimensão existe uma outra que podemos chamar de subjetiva, clínica ou inconsciente na qual pessoas negras podem vir a sentir como essa dívida fosse delas (p. 30).

À medida que o corpo negro aspira ao embranquecimento, resultado do racismo, sua aniquilação se aproxima, por meio do anseio por adquirir uma identidade que lhe é inalcançável: a branquitude.

Considerando o contexto supracitado, não é atípico que uma parcela da população negra seja permeada por um sentimento de "auto-ódio". Quando um indivíduo vive e enfrenta as manifestações de uma sociedade permeada por racismo, a qual direciona hostilidades contra sua cor e características físicas, é comum que esse sujeito internalize essas agressões, direcionando-as a si mesmo e aos seus pares. A condição de ser percebido como diferente, imposta à pessoa negra, não se limita apenas ao seu comportamento perante o mundo, mas também se reflete na perpetuação da

desigualdade racial. Essa dinâmica é internalizada em seu âmbito psicológico, manifestando-se quando, ao interagir com outros corpos negros, reproduz as normas internalizadas ao longo de sua trajetória social (Souza, 2021). Presume-se que, ao serem frequentemente expostas a essa realidade em seu cotidiano, pessoas negras possam adotar e reproduzir a linguagem prevalente do grupo opressor.

Em continuidade ao que a literatura evidencia sobre os efeitos do colonialismo e racismo na subjetivação e na dinâmica social, cabe ainda mencionarmos as reflexões de Frantz Fanon, psiquiatra, filósofo e revolucionário francês-martinicano que explicitou os conflitos do indivíduo de ascendência africana na acentuação de sua presença diante do outro. No epicentro da branquitude, este é o único paradigma reputado como íntegro e legítimo. Logo, a inserção do indivíduo negro no social é rejeitada. Devido a isto, o indivíduo de cor encontra desafios significativos ao tentar conceber sua própria imagem corporal. Mas porquê?

Para Fanon (2008), a apreensão do seu corpo pela pessoa negra se manifesta como uma atividade exclusivamente voltada para a negação, constituindo-se, assim, como um conhecimento percebido em terceira pessoa. Ele localiza como, no desdobrar de diálogos com indivíduos de tom de pele escura e parda, emerge de forma frequente o sentimento de necessidade de se evidenciar como entidade imprescindível, adotando uma postura precavida e posicionando-se defensivamente, assemelhando-se à antecipação de um possível embate. Em uma interlocução com um par negro, este mencionou que frequentemente as pessoas optavam por modificar seu percurso ao avistá-lo, e, mesmo que tenha se habituado a tal prática, esta continuava a induzir sofrimento psicológico. Como estratégia de preservação, esforçava-se ao máximo para se vestir de maneira considerada "apropriada", entendida como uma vestimenta caracteristicamente branca.

O exemplo supracitado aponta como, diante da ausência de reconhecimento por parte do outro, a única alternativa para solucionar esse impasse é buscar o autorreconhecimento. Nesse sentido, o único caminho que as pessoas negras encontram é o da destituição do mito associado à identidade negra. De acordo com Fanon (2008), o indivíduo de cor passa a ignorar sua própria existência quando está entre os seus, mas ao ser observado pelo primeiro olhar de um indivíduo branco, o peso de sua cor é percebido. Nesse mito, é aplicada a caracterização do diferente, singular e intransferível,

evidenciada em sua epiderme, uma marca que se fundamenta na convicção de que os indivíduos de pele escura são considerados incivilizados, selvagens, exóticos, inferiores e incapazes.

Em referência a isto, Grada Kilomba (2019), destaca que a pessoa negra se torna alvo de aspectos reprimidos pela branquitude. Sobre ela se projeta tudo que foi considerado tabu para o branco. Neste cenário, o indivíduo negro é designado como o "outro" em relação à brancura, tendo seu direito de existir como um "eu" negado, sendo constantemente percebido como o "outro" indesejado, o "outro" intruso, o "outro" exótico, e assim por diante. Grada Kilomba (2019) salienta que o negro é categorizado como o "outro" por meio de mecanismos como a infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização. Ela expõe:

Discursos me colocam como “Outra” quando dizem que não posso ser daqui porque sou negra. Imagens me colocam como “Outra/o” quando ando pela rua e me vejo cercada por anúncios com rostos negros e palavras apelativas como “Ajuda”. Gestos me posicionam como “Outra/o” quando na padaria a mulher branca ao meu lado tenta ser atendida antes de mim. Ações me colocam como “Outra” quando sou monitorada pela polícia assim que chego a uma estação de trem [...] Toda vez que sou colocada como “Outra” estou experimentando o racismo, porque não sou “outra”. Eu sou eu mesma (Kilomba, 2019, p. 80)

Assim, de um lado existem estereótipos que irão servir ao colonialismo como uma instrumentalização para conferir privilégios à população branca. Como evidenciado por Fanon (2008), a cor de pele passa a ser um elemento para caracterizar o negro como inferior, incapaz etc. Todos esses atributos designados ao indivíduo negro estão vinculados ao "primitivismo" e à "ilogicidade", contrapostos ao "requisito" e à "logicidade" atribuídos ao grupo racial branco. Por outro lado, encontramos também alguns estereótipos associados ao mito negro, no âmbito discursivo, veiculam uma falsa conotação positiva. Acerca disto podemos citar a noção apresentada por Neusa Souza (2021) de "privilégio da sensibilidade", na qual esta se manifesta através da musicalidade/ritmo da cultura negra, da exaltação de características físicas e desempenho sexual.

Deste modo, em face a tudo que foi exposto, analisar a formação da subjetividade do negro em um ambiente majoritariamente branco implica localizar e compreender todas essas forças adversas perpassam esses corpos, independentemente de suas vontades. Segundo Diangelo (2018, p. 31), a contínua tarefa de barrar as forças do

racismo ao longo da vida é vital, visto que as influências que nos conduzem a estruturas racistas estão sempre em ação; nossa aprendizagem nunca será completamente concluída. Mas por que estas estruturas estão sempre em ação?

Para respondermos esta questão, é preciso recorrermos às reflexões de Silvio Almeida (2019), filósofo e autor de produções sobre racismo, no Brasil. Para ele, o racismo é considerado tanto uma imoralidade quanto um crime, demandando a devida responsabilização daqueles que o praticam. No contexto dos debates sobre a questão racial, o autor identifica três concepções principais do racismo: individualista, institucional e estrutural.

A abordagem individualista é caracterizada como uma forma de patologia ou anormalidade, relacionada a fenômenos éticos ou psicológicos em níveis individual ou coletivo, atribuindo-se a grupos isolados. Nesse cenário, o combate ao racismo é percebido como uma luta irracional que deve ser travada no âmbito jurídico, envolvendo punições específicas, como indenizações ou condenações penais (Almeida, 2019).

Por outro lado, a perspectiva institucional, diferentemente da abordagem individualista, concentra-se nos resultados operacionais das instituições. As organizações, ao operarem com dinâmicas próprias, indiretamente perpetuam desigualdades e privilégios baseados na raça. Sob essa ótica, as instituições moldam o comportamento humano, influenciando tanto decisões racionais quanto sentimentos e preferências (Almeida, 2019). Sobre o racismo institucional, o autor (Almeida, 2019) aponta que:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (p. 36 ).

A terceira perspectiva, não menos importante, denominada estrutural, alude à

configuração intrínseca da sociedade. Num contexto onde o racismo é uma presença constante, as instituições que não reagem prontamente às práticas racistas e negligenciam o entendimento da necessidade de combater a desigualdade racial perpetuam, por conseguinte, a reprodução do racismo. Tal fenômeno é considerado uma prática normativa no âmbito social (Almeida, 2019). O fenômeno do racismo não discrimina com base na idade; crianças, jovens, mulheres e idosos são cotidianamente afetados por esse delito, com muitos deles enfrentando repercussões fatais.

As três dimensões do racismo apontadas por Almeida (2019) se fazem imprescindíveis posto que reconhecer a presença do racismo – em todas suas magnitudes – é crucial para a construção de uma sociedade antirracista e igualitária. Evidenciar que o reconhecimento da existência do fenômeno racista é uma premissa crucial para a abordagem eficaz desse crime social. Ribeiro (2019, p. 17) postula que o "sistema racista encontra-se em constante processo de atualização e, por conseguinte, a compreensão de seu funcionamento se faz imprescindível [...]". Nessa perspectiva, a autora enfatiza que a implementação de ações antirracistas é uma necessidade premente, demandando comprometimento cotidiano de todos os membros da sociedade.

Acerca disto, Bento (2022) ressalta a urgência de dar voz ao silêncio, promover reflexões e debates sobre uma herança caracterizada por expropriação, violência e brutalidade, visando evitar a reiteração incessante de comportamentos anti-humanitários na sociedade. A autora também destaca a importância de abordar a herança escravocrata, transmitida ao longo do tempo, ainda que muitas vezes silenciada. Destarte, o racismo, influenciado por contextos particulares, evoluiu ao longo da história humana, representando uma herança histórica que persiste na contemporaneidade. A discussão em pauta pode contribuir para que as gerações atuais reconheçam a herança recebida, percebendo suas manifestações na sociedade nos dias de hoje. Contudo, para isso, é imperativo reconfigurar o cenário racista herdado, visando construir uma narrativa sociocultural renovada (Bento, 2022).

Em vistas de esquadriarmos questões de raça e do racismo estrutural, é fundamental examinar-se também o papel desempenhado pela ciência, bem como a participação dos seus mecanismos na consolidação do preconceito contra a população negra. Para efetivamente combater o racismo, é indispensável o reconhecimento explícito de sua existência, inclusive no saber científico. A omissão dessa "confissão"

desvia o foco do alvo que se pretende atingir na luta contra as manifestações do racismo na sociedade brasileira e no mundo. Portanto, é imperativo mapear a presença de como as questões de raça são abordadas pelas produções científicas, visto que este é um ponto de partida essencial para o enfrentamento desse problema.

### 3.2 RAÇA E COVID-19: ARTICULAÇÃO DAS CATEGORIAS

De acordo com as estatísticas do Ministério da Saúde compilados e divulgados no “Painel Coronavírus”<sup>5</sup>, o Brasil é o quarto país em número de casos e o segundo em número de óbitos por COVID-19; são cerca de 38 milhões de casos confirmados e 711 mil óbitos confirmados. De forma tardia e apesar das resistências internas do governo Bolsonaro, um conjunto de medidas de proteção e prevenção foi instituído visando controlar a propagação do vírus (distanciamento social, higienização, afastamento do trabalho etc.). Quase um ano após o primeiro caso confirmado da doença, a distribuição de vacinas em nosso país foi aprovada, compondo assim o conjunto de medidas de cuidado.

Dadas as desigualdades estruturais e historicamente produzidas, a população negra foi uma das mais afetadas pela pandemia de COVID-19, em Recife, e em outras cidades brasileiras. As vulnerabilizações as quais a população negra está submetida (devido a assimétrica distribuição dos aparatos públicos de saúde), as condições precárias de trabalho (marcada pela necessidade de sair do isolamento para prestar serviços informais, por exemplo), a disposição geográfica de residências em ambientes que dificultam a higienização – particularmente em virtude da escassez de saneamento básico e de condições financeiras limitadas – como também agravos em saúde específicos pré-existent, colocam de maneira expressiva a população negra como grupo vulnerável (Santos; Pedro, 2020).

Medrado e colaboradores (2020) apontam em seu dossiê, como, no cenário brasileiro, os problemas sociais crônicos ganham destaque. Problemas esses que já eram denunciados a longa data por movimentos sociais, mas que ganham outros contornos em face ao quadro epidemiológico da pandemia. A desigualdade racial salta aos olhos e

---

<sup>5</sup> <https://covid.saude.gov.br/> (última atualização em 30/03/2024, 15h14min).

é colocada como um produto dos “processos e dinâmicas de colonialidade e segregação racial” (Medrado *et al*, 2020, p.2) do nosso país. Os autores ainda acrescentam: “não por acaso, hoje, o maior número de casos e as maiores taxas de letalidade são registradas entre as populações negras, nas diferentes regiões do nosso país” (*ibid*, p.2). Ainda, segundo o parecer da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (Grupo de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania, 2020) a taxas de incidência e de mortalidade em negros e pardos são, respectivamente, até trinta e oito vezes, e nove vezes superior à da população em geral.

A partir do que nos mostra a literatura revisada no nosso tópico anterior, sabemos que essa vulnerabilidade não é aleatória: é herança de um período colonial, e marcada por uma segregação sedimentada mais uma vez no racismo estrutural. Sílvia (2019) ainda aponta que não existe racismo que não seja então estrutural, pois essa estrutura é formada por uma gama de fatores atravessados por práticas históricas, interpessoais, culturais e institucionais que, de alguma forma, coloca determinado grupo social e/ou étnico numa posição de privilégio em relação a outro(s) grupo(s).

Acerca disto, Achille Mbembe (2018) discorre que, num país com forte cultura colonial como o Brasil, por um viés racial, escolhe-se quem pode ser exposto e a que corpo é aceitável que seja sujeito a políticas de morte em nome de um suposto bem social. Mbembe (2018) conceitua isto de necropolítica, essas políticas de decisões sobre vulnerabilidade e/ou morte. Ademais, para este autor, a necropolítica é uma das diversas formas de expressão estrutural do racismo.

Percebe-se, então, como a necropolítica perpassa a questão da vulnerabilidade da população negra durante o período pandêmico. E como ficaram, então, estas pessoas? Com uma política de assistência à população que não era sensível aos desafios de trabalhadores e nem tampouco às populações com baixo saneamento, à população negra em particular, restou o investimento em uma das formas de prevenção: a disposição de organizar seu autocuidado para evitar o contágio. Compreendemos aqui autocuidado como “uma função reguladora que permite às pessoas desempenharem, por si sós, as atividades que visam à preservação da vida, da saúde, do desenvolvimento e do bem-estar” (Galvão; Janeiro, 2013, p. 227). Todavia, nem sempre as práticas de cuidado clássicas se adequam à realidade da população negra. Mas em que medida a medida de autocuidado era paradoxal ou até mesmo inacessível para pessoas negras?

Acerca disso, Santos e Pedro (2020) destacam que houve, no Rio de Janeiro, uma política de segurança pública marcada por uma intensa violência policial e que continuou com suas operações nos territórios favelados em tempos de pandemia. Nesse contexto, uma medida simples de autocuidado, como o uso da máscara cobrindo nariz e boca para prevenir o contato as áreas da mucosa com o exterior, produzia efeitos além da proteção pretendida: ao cobrir parcialmente o rosto em territórios em que o racismo é contínuo, poderia ser se expor a mais violência ou até mesmo à morte, afinal, o rosto coberto de uma pessoa negra, neste cenário, haveria de ser interpretado enquanto uma ocultação, e não de proteção, mesmo num cenário pandêmico. Destarte, Santo e Pedro (2020) apontam como um objeto que a priori é apolítico e, que pretensamente, tem a neutralidade (por ser uma técnica de segurança instituída a todos), quando nos corpos de pessoas negras – ou principalmente de homens negros e pobres – se torna um objeto alvo, pois a proteção desejada não somente não ocorria como, inclusive, se transformava em seu avesso: um objeto de exposição devido às políticas mortificadoras. Assim, pensar autocuidado não é tão simples posto que nos deparamos com outras violências produzidas pelo racismo estrutural, que traz consigo formas como a população negra cuida de seu próprio corpo.

Este cenário se complexifica ainda mais quando levamos em consideração os elementos ressaltados por bell hooks (2000; 2006), escritora e ativista feminista estadunidense. Ela explica que o sistema escravocrata impossibilitou, em partes, as expressões afetivas da população negra, principalmente a partir da dificuldade de amar. A autora ainda destaca que esses entraves não se restringem a esse tempo histórico, pelo contrário são mantidos até hoje são assentados por práticas de violência e exclusão. Assim, os desafios afetivos vivenciados pela população negra não somente na impossibilidade de amar, como, consequentemente, interfere na forma como eles percebem e entendem suas necessidades físicas, mentais e emocionais, pois a “prática de amar começa com a nossa capacidade de nos conhecer e afirmar” (hooks, 2000, p.195). Havendo, portanto, uma dificuldade de reconhecer as próprias necessidades psíquicas, emocionais ou físicas, bem como obstacularizações para amar-se, investir em si mesmos, podemos inferir, portanto, a partir das reflexões de hooks (2000) que há um desafio para a população negra se autorizar em seu autocuidado ou até mesmo se perceber como uma pessoa que precisa e pode ser cuidada, inclusive por si mesma.

Audre Lorde (1988/2020), partindo de uma perspectiva feminista negra

interseccional, ressalta o cuidado como uma prática de autocuidado. Para Lorde, o cuidado pessoal transcendia muito além da mera satisfação das exigências físicas essenciais e ou atender as necessidades do corpo – o que também não deixa de ser um representante de cuidado; e, por ser uma prática, está politicamente situada, representava uma ação profundamente envolta em política e revolução, especialmente para aqueles submetidos a diversas formas de violência. O autocuidado então é visto como uma maneira de resistir e fortalecer-se diante dos sistemas de opressão, e cuidar de si próprio era fundamental para manter a determinação e a resiliência necessárias para confrontar e enfrentar o racismo, sexismo, homofobia e outras formas de injustiça. Esse autocuidado, embora envolva práticas individuais, é atravessado pelo social, e Lorde destaca esta característica quando chama a atenção para a importância da comunidade e da solidariedade. A autora via o cuidado mútuo como uma forma de resistência coletiva, em que as pessoas se apoiam umas às outras em suas lutas contra a opressão.

Dialogando com esta discussão, podemos pensar nas práticas de autocuidado da população negra num contexto de COVID-19 a partir de duas perspectivas: estes primeiros cuidados “sugeridos” por parte do Governo, como isolamento social, a prática de lavar as mãos, o uso de máscaras, isolamento social, etc.; e também cuidados numa perspectiva mais política, como por exemplo, não se expor ao vírus, seja num contexto recreativo ou em um que seja obrigatório a exposição, ou situações em que as dinâmicas de trabalho do sujeito foram consideradas serviços essenciais, e o mesmo não pôde abrir mão de seu trabalho, e como consequência, não pode evitar a exposição ao vírus. A partir do momento em que um corpo negro se percebe como um corpo com direitos de cuidado, como um corpo que merece e precisa deste cuidado, a existência e execução de tais práticas como possibilidades de autocuidado, diante de um contexto pandêmico, tornam-se também possibilidades de sobrevivência.

Através desta lente crítica, a autora destaca como, em um sistema de poder patriarcal, a forma como se estrutura o privilégio branco determina a forma distinta que mulheres negras e mulheres brancas são tratadas, e como, neste cenário, as mulheres negras podem reproduzir condutas que lhe tragam sofrimento, ainda que ciente, pois tal movimento é sustentado pela internalização da violência racial estruturada.

Assim, ao adicionarmos a “lente” de gênero sobre essa questão de raça, essas

questões se tornam ainda mais densas. Os argumentos de Lorde (1988) nos conduzem a ver a necessidade de que os modelos de autocuidado para mulheres negras abordem e estejam atentos às dinâmicas de poder nas quais se fundamentam esse sistema patriarcal e branco que violenta o corpo negro. Ou melhor, não há como pensar práticas de autocuidado para a população negra partindo de uma lógica patriarcal e racista, tais práticas precisam sempre ser desenvolvidas por pessoas negras para pessoas negras. Contudo, não é isso que vemos quando nos reportamos às práticas de autocuidado sugeridas nos tempos da pandemia, o recorte de raça, fundamentalmente, não era citado (Sthel; Silva, 2021).

### 3.4 O SABER CIENTÍFICO E SEU LUGAR NA HISTÓRIA

A ciência, da forma em que compreendemos em nossos dias, é uma inovação relativamente recente. Esta concepção surgiu apenas no século XVII, com o advento da Revolução Científica Moderna (Rodrigo, 2007). O conhecimento científico, sendo então o produto da ciência, se originou da necessidade de sistematizar e registrar o conhecimento já existente, além de promover a produção de novos saberes por meio de métodos que asseguram rigor e precisão em sua obtenção. Japiassu (1977) aponta que:

É considerado saber, hoje em dia, todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados, susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino. Neste sentido bastante lato, o conceito de "saber" poderá ser aplicado à aprendizagem de ordem prática (saber fazer, saber técnico...) e, ao mesmo tempo, às determinações de ordem propriamente intelectual e teórica. É nesse último sentido que tomamos o termo "saber" (p. 15).

Japiassu (1977) compreende a visão contemporânea do conhecimento como um conjunto de informações adquiridas, a partir de um modo metodológico, ou seja, por meio de métodos, que são sistemáticos e organizados. Esses conhecimentos são considerados como saberes, pois vão além de meras informações ou fatos; eles são percebidos como componentes de um sistema de conhecimento que pode ser compartilhado e ensinado a outros indivíduos, ganhando assim um status de verdade, que pode ou não ser contestada, e ainda acrescenta que “a ciência se define por um discurso crítico, pois exerce controle vigilante sobre seus procedimentos utilizando critérios precisos de validação. A *demarche* científica é, ao mesmo tempo, reflexiva e

prospectiva. Os pressupostos de uma ciência são justamente “as ideias, os critérios e os princípios que ela emprega na sua efetuação” (1978, p. 98).

Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi identificam como características do conhecimento científico: ser real, sistemático, ser contingente, ser verificável e ser falível (2001). Somado aos critérios que as autoras propõem, podemos também pensar o que torna legítimo este discurso científico. Aqueles detentores deste lugar de poder e que produzem o conhecimento estão constantemente em busca de notoriedade e de um reconhecimento entre a comunidade acadêmica e científica, em seu campo de pesquisa, travando lutas “epistêmicas”, apreendendo-se de campos e saberes, buscando este lugar referencial, e neste movimento, o fortalecimento de certas áreas, discursos, campos de conhecimento e de pesquisa acaba sendo uma resposta/efeito mais inteligente dentro deste jogo científico (Avila-Araújo, 2006).

Michel Foucault, por sua vez, em seu livro *Arqueologia do Saber* (1972), provoca-nos a pensar e perceber as regras que constituem a formação de discursos dentro de determinado campo do conhecimento, trazendo o ponto de que este conhecimento não se constitui apenas de postulados, teorias e lógicas científicas, mas sim de uma grande parte de saberes políticos, administrativos, culturais, sociais, institucionais, artísticos etc., o que nos convida a pensar e refletir sobre a constituição do discurso científico para além das características propostas por Lakatos e Marconi. Nesta mesma direção, Demo (2012), também pontua que “a ciência é o que os cientistas produzem, representando sua intersubjetividade, que é, em geral, seu critério maior de cientificidade, ou seja, vale o que eles definem que vale” (p. 30-31).

Assim, partindo dessas reflexões, podemos levantar a seguinte questão: para a ciência, o que é pertinente de ser produzido? Que tipos de discursos atravessam a produção científica atualmente? Nos últimos anos, no contexto da produção científica do nosso país, a investigação das relações raciais no Brasil vem ganhando espaço e sendo impulsionada por diversas perspectivas, indicando uma mudança significativa nas abordagens adotadas e nos discursos emergentes. A possibilidade de novas agendas e atores políticos que desafiam as dinâmicas da educação superior brasileira reflete um esforço de redefinição política e intelectual, buscando alternativas que levem à problematização desses saberes pré-definidos, dos privilégios, das formas de fazer ciência e dos silêncios presentes no campo, muitas vezes dominado por visões

eurocênticas dominantes no discurso científico. É uma tentativa de provocar-nos a pensar o porquê se dita o que deve ser pesquisado, como se deve estudar e quando se deve estudar. A proposta de repensar esses lugares pré estabelecidos, além de evitar a redução dos indivíduos racializados a meros objetos de estudo, defende uma relação mais igualitária entre sujeitos, questionando a hierarquia inerente às abordagens teóricas tradicionais e dando voz aos movimentos de resistência liderados pelos próprios indivíduos envolvidos nas lutas (Reis, 2002).

Se considerarmos a raça como um fator determinante e constituinte, podemos apontar que o racismo também desempenha, no contexto científico, um papel crucial na fomentação e transmissão da diferença subjetiva e na lógica de hierarquização do conhecimento (Reis, 2020), por meio de processos e sistemas de exclusão e extermínio. É sob essa perspectiva e entendendo tais influências que buscamos identificar e compreender como as questões de raça e racismo são expressas nas produções científicas relacionadas ao COVID-19.

\*\*\*

Diante dessas reflexões sobre a importância de leituras críticas sobre a produção científica, particularmente, a partir de uma compreensão mais ampla sobre racismo estrutural, definimos como **objetivo geral** analisar a produção científica relacionadas à raça e ao racismo no contexto da pandemia de COVID-19 e como objetivos específicos: mapear repertórios discursivos sobre raça e racismo nas obras identificadas por meio da revisão bibliográfica, identificando tendências, variações e contradições; mapear nomeações utilizadas para referir à população negra nestas produções; mapear vozes/interlocutores e posições presentificadas nestas produções.

#### **4 ENQUADRAMENTO ÉTICO-POLÍTICO-METODOLÓGICO E A ESTRUTURAÇÃO DESTE ESTUDO**

As análises empreendidas nesta dissertação foram construídas a partir de uma revisão sistemática de literatura (Paz; Amazonas, Medrado, 2020). Afim de que fique claro as opções éticas, políticas e metodológicas de ambos os passos, apresentaremos em detalhes – em tópicos específicos – essas decisões e as justificaremos devidamente.

Em ambas as etapas – construção e análise – a metodologia que lançamos mão para operar é qualitativa e de orientação psicossocial crítica (Minayo, 1996). O método qualitativo é compreendido como “aquele capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (*ibid*, p.10).

A decisão por essa metodologia se deu em função de localizamos nele a possibilidade de: 1) apreender as compreensões das narrativas; 2) investigar os sentidos que possam emergir das narrativas; 3) possibilitar melhor entendimento dos significados, valores e opiniões com relação às vivências (Fraser; Gondim, 2014); 4) colocar o fenômeno humano como componente caracterizador da realidade social; 5) e, por fim, considerar os aspectos socioculturais que emergem “a partir de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas” (Minayo, 2017, p.2; Minayo, 2016).

Além de lançarmos mão de uma metodologia qualitativa, esta pesquisa fará uso do Construcionismo Social (Spink; Frezza, 2004) como abordagem teórico-metodológica para embasar a análise. Essa lente teórica vem, fundamentalmente, como um instrumento que nos permite dialogar com as informações dos artigos selecionados e, portanto, suas operações estão relacionadas, fundamentalmente, à etapa dois. Desta forma, o leitor encontrará, na sessão voltada a explicação sobre o processo de análise, um subtópico que explicará brevemente sobre o Construcionismo Social e sobre como nos apropriamos desta lente teórico-metodológica para operacionalizar nossas construções.

Por hora, cabe ressaltar que a escolha por essa lente teórica coaduna com a

produção de uma pesquisa inscrita no campo da Psicologia Social Crítica, pois, busca-se, aqui, evidenciar a dimensão política da Psicologia, bem como as tensões políticas em face aos grupos que são socialmente excluídos e marginalizados. Com isso, temos como intenção contribuir para uma ciência implicada, que questione processos de opressão e que tenha a mudança social no horizonte de possibilidades (Spink; Frezza, 2013).

#### 4.1 A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DESTA PESQUISA: MAPEANDO A LITERATURA CIENTÍFICA

A construção do nosso *corpus* de análise se deu a partir de uma busca das produções científicas publicadas sobre a pandemia COVID-19 e o nosso objeto de interesse foram as questões sobre raça e racismo. A seguir, apresentaremos o passo a passo de como foi feito esse levantamento. Os resultados deste levantamento estarão apresentados no tópico a seguir.

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Nesse tipo de seleção, se delimitam os trabalhos científicos que estão disponíveis e que se enquadram nos critérios elencados pelo(a) pesquisador(a), gerando um *corpus* que será o insumo principal para a condução de suas investigações (Paz; Amazonas, Medrado, 2020). Portanto, a seguir, fornecemos algumas informações sobre as bases de dados selecionadas para esta revisão – explicitando o porquê destas escolhas – como também expondo todos os critérios de inclusão e exclusão dos artigos examinados – tais como fontes de busca, idioma, período, etc. (Medrado *et al*, 2011).

Utilizamos para revisão de literatura as seguintes bibliotecas digitais de livre acesso: The Scientific Electronic Library Online (SciELO), portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePsic), Biblioteca Virtual em Saúde (BDTD) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Essas plataformas reúnem conteúdo de publicações científicas oriundas de periódicos científicos, os quais são indexados e oferecem acesso aberto. Como critérios de escolha para a eleição dessas bases, temos: a SciELO por conter uma quantidade significativa de periódicos e artigos; o PePsic por ser uma riquíssima fonte

da Biblioteca Virtual em Saúde; a BDTD para ter acesso ao que se tem produzido nas academias sobre o tema; e a BVS por ser uma das principais bibliotecas em saúde.

Iniciamos a busca em todas as bases de dados partindo das palavras-chave: população negra; COVID-19; racismo; pandemia; epidemia, de forma conjunta, inicialmente, depois combinando COVID + racismo; COVID + população negra; pandemia + racismo; pandemia + população negra. Dentre os critérios de busca, optamos por textos escritos em português e produzidos no Brasil, considerando que esta é uma pesquisa cuja questão possui uma circunscrição nacional. Cabe destacar que não houve uma restrição de tempo estabelecida. Isso se deu pois o próprio evento pandêmico tem sua particularidade no tempo, destarte, optamos por considerar o máximo de produção a que tivéssemos acesso.

Desde modo, os critérios de inclusão foram os seguintes: (1) falar sobre a COVID-19 e apresentar reflexões sobre raça; (2) ser um texto escrito em português; (3) versar sobre a realidade pandêmica brasileira; (4) ser um artigo científico. Foram excluídos todos os artigos que não tratassem da pandemia do COVID-19 ou que abordassem a pandemia do COVID-19, mas sem produzir interseções com a questão de raça; foram excluídos artigos repetidos e produções que não eram artigos.

Para averiguar se os artigos se adequavam ou não aos critérios estabelecidos, primeiramente foi lido os resumos de todos os que apareciam a partir da procura pelos diferentes descritores. A partir daí, alguns artigos já eram excluídos. Depois disso, os artigos que haviam sido selecionados foram lidos na íntegra para conferirmos se de fato se encaixava em nossa seleção. Uma vez finalizada a construção deste corpus de artigos, passamos para a etapa de análise.

#### 4.2 SOBRE O EXERCÍCIO DE ANÁLISE

A lente analítica desta dissertação combina as reflexões teórico-metodológicas do Dialogismo – mais especificamente da análise dialógica – com o construcionismo. Assim sendo, faremos uma breve apresentação das duas lentes utilizadas para, em um terceiro tópico, explicitarmos o passo a passo de como foi produzida nossas análises.

#### 4.2.1 Nossa lente analítica: o Construcionismo Social

O Construcionismo Social é um campo que aponta que a realidade é uma construção sócio-histórica, que não está engessada, mas que é produzida a partir de uma construção de trocas simbólicas entre os sujeitos, construída historicamente (Spink; Frezza, 2004).

A escolha por essa lente teórica é intencional, posto que ela dialoga com os debates sobre feminismo negro interseccional (Crenshaw, 2004). Este campo traz, como episteme, um ponto de partida diferente do branco, cisgênero e eurocentrado, questionando e tensionando a produção destes grupos citados. A interseccionalidade, termo criado por Kimberlé Crenshaw (2004) – mulher negra, jurista estadunidense, defensora dos direitos civis e estudiosa/docente sobre a teoria crítica de raça – destaca como a relação entre o patriarcado, o sexismo e o racismo se entrelaçam, criando múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras. Assim, uma análise a partir desta perspectiva, precisa considerar as complexidades e interações dessas estruturas de poder em suas vidas.

Não estaremos trabalhando com as reflexões de Crenshaw (2004), mas com uma lente mais ampla. No construcionismo, a produção de conhecimento está associada à abordagem da pesquisa edificante. O termo "pesquisa edificante" é adotado em referência à "filosofia edificante" trazida por Rorty (1994 *apud* Spink; Menegon, 1999). Nessa abordagem, a hermenêutica desempenha o papel fundamental de manter uma abertura contínua ao novo, possibilitando assim a continuidade da conversação ao invés de encerrar prematuramente a discussão. Assim sendo, na perspectiva da pesquisa edificante, a metodologia qualitativa transcende sua condição meramente técnica, associando-se a uma postura epistemológica específica. Uma vez estabelecido o alinhamento epistemológico, o método em si pode ser singular ou plural, combinando estratégias tanto quantitativas quanto qualitativas, como é o caso da triangulação metodológica. Assim sendo, a discussão se desloca da dicotomia entre quantidade e qualidade para a dicotomia entre realismo e construcionismo, refletindo uma mudança significativa na orientação da pesquisa.

Destarte, a adoção de uma perspectiva construcionista implica na redefinição da

relação entre sujeito e objeto, rompendo com a visão dualista preestabelecida. Tradicionalmente, duas abordagens têm alimentado essa dicotomia: a) o empirismo (uma perspectiva exógena), que considera o objeto como a fonte última do conhecimento, buscando a precisão cada vez maior na representação dos objetos como objetivo central da ciência; b) o idealismo (uma perspectiva endógena), que postula que as categorias do entendimento são inerentes à mente humana, sendo universais e necessárias para a aquisição do conhecimento. Em contrapartida, a visão construcionista concebe tanto o objeto quanto o sujeito como construções sociais e históricas: a forma como acessamos a realidade influencia na constituição dos objetos que compõem essa realidade (Spink; Menegon. 1999).

O construcionismo oferece uma perspectiva interessante sobre a formação do conhecimento ao ressaltar a influência das interações sociais na maneira como interpretamos e compreendemos o mundo. A ideia de que os termos e conceitos que usamos para descrever a realidade são construídos socialmente é crucial para compreendermos a natureza subjetiva e fluida do conhecimento. O âmago do construcionismo, sob a ótica da teoria do conhecimento, reside na compreensão de que "os termos nos quais o mundo é compreendido são artefatos sociais, resultantes das interações historicamente situadas entre as pessoas" (Gergen, 1985 *apud* Frezza; Spink, 1999 p. 10). Nessa visão, a pesquisa concentra-se primariamente na explicação dos processos pelos quais indivíduos descrevem, explicam ou interpretam o mundo no qual estão inseridos, inclusive a si mesmos (Gergen, 1985 *apud* Frezza; Spink, 1999).

Um dos aspectos mais positivos do construcionismo é a sua capacidade de desafiar e redefinir concepções arraigadas sobre a natureza do conhecimento. Assim, difere significativamente da epistemologia tradicional ao transferir a explicação dos processos cognitivos dos domínios internos da mente para os processos e estruturas exteriores à interação humana. Tal perspectiva implica em abandonar a concepção representacional do conhecimento, que está associada à ideia da mente como um “espelho da natureza” (Rorty, 1994 *apud* Frezza; Spink, 1999). Destarte, ao deslocar a explicação dos processos cognitivos dos domínios internos da mente para as interações sociais, o construcionismo oferece uma nova lente para compreender como as pessoas constroem significados e entendimentos sobre o mundo ao seu redor.

Há, portanto, no construcionismo uma ênfase na influência das interações sociais na

formação do conhecimento, destacando a importância do contexto social e cultural na construção das nossas visões de mundo, oferecendo uma visão mais dinâmica e relacional deste processo. Isso abre espaço para uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade de perspectivas e experiências, reconhecendo que o conhecimento não é universal e estático, mas sim contextual e em constante evolução. Além disso, ao se afastar de uma perspectiva naturalista, o construcionismo encoraja uma reflexão mais crítica sobre como os conhecimentos são moldados, contestados e reconstruídos através das interações sociais. A abordagem construcionista traz consigo benefícios significativos ao questionar e transcender a dicotomia sujeito-objeto estabelecida por abordagens tradicionais. Outrossim, ao reconhecer que tanto o sujeito quanto o objeto são construções sociais, o construcionismo promove uma maior consciência sobre a influência das estruturas sociais e culturais na formação das nossas percepções e entendimentos, permitindo uma análise mais aprofundada das diferentes perspectivas, considerando a multiplicidade de realidades sociais existentes (Méllo *et al.*, 2007).

#### **4.2.2 Uma perspectiva construcionista social e dialógica: a ciência como método dela mesma**

Como anunciado nos tópicos anteriores, o material de nossa análise são artigos científicos mapeados a partir de uma revisão sistemática de literatura. Na sessão a seguir, traremos em maiores detalhes o passo a passo analítico operado a partir da lente teórica explicada a pouco. Aqui, então, buscamos apenas adicionar a dimensão dialógica às reflexões construcionistas supracitadas.

Mikhail Bakhtin (1885-1975) foi quem nos trouxe o conceito de dialogismo. Entender o conceito de dialogismo implica reconhecer que todo evento comunicativo é influenciado por diversos outros discursos e também pela relação entre os interlocutores, em um processo em que a enunciação é sempre uma resposta a discursos anteriores, ao mesmo tempo que representa a devolução da palavra ao outro (Spink; Medrado, 1999).

Em uma proposta dialógica, produzimos “(...) um estudo que considera a obra como

linguagem viva, concreta, que acontece na comunicação dialógica, em enunciados, assumidos por sujeitos, que revelam suas posições, juízos” (Destri; Marchezan, 2021, p.3). Isto porque, através deste método podemos ressaltar as diferentes vozes e perspectivas presentes nas produções. Ainda, pode-se ir mais longe. É possível que não só examinemos as perspectivas destas produções, bem como dialogá-las de maneira crítica e reflexiva.

Ou seja, esta metodologia nos possibilita fazermos uma leitura “metalinguística” dos materiais analisados, isto é, observarmos “aqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam [...] os limites da linguística” (Bakhtin, 1984, p. 222). Mas o que seria ultrapassar os limites da linguística? Seria, ir além do material escrito e identificarmos elementos outros que são essenciais.

Vamos, portanto, produzir uma análise reflexiva das informações encontradas, demonstrando não apenas a compreensão das informações, mas também a capacidade de as situar em um contexto mais amplo, dialogando com a perspectiva construcionista e psicossocial, escolhida pela autora. Esta proposta, portanto, vai além da compilação das informações produzidas, implica a criação de um espaço interseccional de reflexão e debate, refletindo sobre a língua e os jogos de sentidos utilizados pelos discursos analisados.

Esta síntese crítica nos possibilitará ir além da simples apresentação das informações, promovendo uma discussão mais abrangente, gerando insights e possíveis direções para futuras investigações dentro do campo de estudo em questão. Além disso, a importância de documentar e relatar essa análise construtivista social e dialógica como parte da produção científica reside na transparência, implicação e na contribuição para o avanço do conhecimento na área de estudo, para o efetivo progresso científico.

#### **4.2.3 O passo a passo da análise**

O processo de análise se deu a partir da leitura na íntegra dos artigos selecionados com o **objetivo de identificar os trechos que fazem menção a raça e racismo**.

Posteriormente, **focalizamos em observar as práticas discursivas** apresentadas nesses trechos: um passo clássico da análise orientada pela perspectiva construcionista

em Psicologia Social (Spink; Medrado, 1998). Em toda fala, em toda produção de discursos, estamos em face ao que Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) nomeiam como práticas discursivas. A autora e o autor definem as práticas discursivas

como a linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas. As práticas discursivas têm como elementos constitutivos: a dinâmica, ou seja, os enunciados orientados por vozes; as formas, que são os speech genres (definidos acima); e os conteúdos, que são os repertórios interpretativos (p. 26).

Destarte, é através das práticas discursivas que o sujeito constrói a sua história: a partir da linguagem ele se explica e compreende o seu mundo. Assim, o que está em questão na análise não é o sujeito em si, mas sim o lugar que ele ocupa. Deste modo, busca-se compreender o sentido que o sujeito constrói, sujeito este que é social, histórico e ideológico (Caregnato; Mutti, 2006).

Esse conceito, portanto, nos convoca a nos aproximarmos da noção de linguagens sociais, que, segundo a definição de Bakhtin (1929/1995 *apud* Spink; Medrado, 1999), consistem nos discursos típicos de um segmento específico da sociedade – uma profissão, uma faixa etária etc. –, em um contexto determinado e em um período histórico específico, ou seja, os discursos vão trazer elementos sócio-histórico-culturais específicos.

Assim, estamos em face, à ideia de que a linguagem não apenas descreve o mundo, mas também o constrói. Tal perspectiva deriva do conceito de performatividade da linguagem, originado nos trabalhos de John Austin (1998). Segundo essa perspectiva, a linguagem não apenas descreve ou representa a realidade, mas também tem o poder de realizar ações e criar estados de coisas.

Partir de uma perspectiva que adote a lógica das práticas discursivas implica considerar três dimensões essenciais, conforme descrito por Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2004): linguagem, tempo/história e pessoa. A linguagem é aqui vista como uma atividade social, partindo da concepção de linguagem em uso e analisada na intersecção entre sua dimensão performativa e suas condições de construção, que englobam o contexto social e interativo. Assim, compreendemos que o enunciado surge dentro de uma rede complexa de enunciados. Como, então, os mapearemos?

Para isto, fizemos uso do procedimento de análise utilizado a proposta **dos mapas associativos**, que segundo Spink e Lima (1999):

têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentido. Constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo (p. 84).

Este procedimento, portanto, nos possibilitou **identificar os seguintes elementos:**  
**a) aspectos da construção linguística; b) os repertórios utilizados; c) a dimensão dialógica da produção de sentidos.** O primeiro e terceiro aspectos já foram explicados, então cabe explicitarmos o que é e qual o papel dos repertórios.

Os repertórios discursivos são ferramentas linguísticas que empregamos para elaborar interpretações de ações, eventos e outros fenômenos em nosso entorno. Eles se manifestam em diversas expressões linguísticas e servem como base para a construção de argumentos.

são, em linhas gerais, as unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos (Spink; Medrado, 1999, p. 28).

Ou seja, quando um falante recorre a um sistema de linguagem e enunciados que existem antes dele ao produzir um enunciado, ele faz uso de repertórios discursivos. Em sentido último, eles são os conteúdos das práticas discursivas que constroem o significado.

O que estávamos atentos ao construirmos o nosso mapa, portanto, foram nos sentidos e significados produzidos pelos artigos e, tendo isto em vista, construímos categorias gerais para cada um desses principais pontos mapeados. Foi através dessas categorias que optamos, didaticamente, por apresentar os nossos resultados. Elas nos possibilitaram – dentro de uma mesma temática – os repertórios, bem como os efeitos dos fenômenos sociais emergentes nos repertórios presentes nos conteúdos destacados. Ainda, a apresentação dos achados nos possibilitou não só apresentar o discurso tecido pelos autores e autoras sobre aquele aspecto, como também tecer tensões dialógicas: possíveis similaridades, exceções, rupturas e contradições de pensamentos. Foi diante

destes repertórios discursivos – apresentados em cada uma das categorias – que vimos surgir o que é similar, regular, quando o que há de mais subjetivo e diverso (Spink; Medrado, 1999) acerca das reflexões sobre raça e racismo, relacionados à população negra, trazidos pela produção científica emergente.

Por fim, apresentamos uma tabela (Tabela 1) que busca sumarizar o passo a passo aqui descrito, a fim de facilitar o acompanhamento do(a) leitor(a) na construção deste trabalho.

**Tabela 1.** Descrição das etapas analíticas e suas intenções

| <b>Passos</b> | <b>Descrições das etapas</b>                                                                                                                                                                                                           |
|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Passo 1       | Leitura na íntegra dos artigos para identificar os trechos que fazem menção a raça e racismo                                                                                                                                           |
| Passo 2       | Mapear as práticas discursivas apresentadas nos trechos destacados a partir dos mapas associativos (Spink; Lima, 1999)                                                                                                                 |
| Passo 3       | Identificar os seguintes os elementos: a) aspectos da construção linguística; b) os repertórios utilizados; c) a dimensão dialógica da produção de sentidos e apresentá-los através das categorias analíticas – temáticas semelhantes. |

Fonte: elaboração própria da pesquisadora

## 5 RESULTADOS

### 5.1 SOBRE A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* PARA ANÁLISE

A partir dos nossos critérios, foram encontrados 16 trabalhos, contudo dois foram excluídos por não se tratarem de artigos científicos (Palinski, 2022; Silva, 2022). Assim, foram identificados 11 artigos no SciELO, 3 no BVS e nenhum artigo foi encontrado no PePsic ou no BDTD. O quadro a seguir (Quadro 1) resume, em linhas gerais, os enfoques de cada uma dessas produções.

Destas obras, quatro foram publicadas em 2020, quatro em 2021 e cinco em 2022 e somente uma em 2023. Acerca das regiões dos autores que produziram essas publicações, temos a seguinte distribuição: um na região norte (Amazonas), seis na região nordeste (3 da Bahia, 2 do Rio Grande do Norte e 1 do Piauí), cinco na região sudeste (2 de São Paulo, 3 do Rio de Janeiro) e um na região sul (Rio Grande do Sul). Um dos trabalhos (Silva e Silva, 2021) foi uma publicação federal, do Ministério da Economia. Embora tenhamos destacado de qual região os autores falam, cabe evidenciar que todos os artigos examinam a pandemia em um caráter nacional, exceto pelo trabalho de Lorena e colaboradores (2022) que foca apenas na realidade do Piauí.

No tocante a aspectos gerais, através da nossa revisão, constata-se que, de fato, existem estatísticas que sinalizam a população negra (somando-se pretos e pardos) como uma das mais afetadas pelo contexto da pandemia: inclusive com a maior taxa de mortalidade (Santos; Pedro, 2020). Essa taxa poderia ser interpretada como uma consequência natural da prevalência da população negra no Brasil, porém um olhar mais cuidadoso sobre o fenômeno dimensiona que além dos agravos na saúde (BRASIL, 2017), a exposição no contexto de trabalho, e a disposição geográfica – ausência de saneamento básico por exemplo (IBGE, 2019) – colocam de maneira expressiva a população negra no grupo de risco do COVID-19. Todas essas informações serão melhor trabalhadas no tópico a seguir, na apresentação de cada categorias de análise (eixos temáticos) construída.

**Quadro 1.** Artigos da revisão bibliográfica e suas informações gerais

| Título                                                                                                                       | Bases  | Autores             | Ano  | Resumo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica | SciELO | Santos <i>et al</i> | 2020 | Discute e reflete sobre a inclusão ou não da variável raça/cor nas análises epidemiológicas da pandemia da COVID-19 e, a partir de suas revisões de literatura, conclui que há uma evidente incipiência nas informações relacionadas a raça/cor. Autores discutem que isso pode revelar a pretensão de invisibilizar aqueles que foram atingidos pela epidemia: a população negra. Apontam ainda que a negação dos direitos básicos e fundamentais caracteriza a estrutura racista que tem operado a política de enfrentamento da COVID-19 no país e como mecanismo de efetivação da necropolítica. |
| População negra e COVID-19: reflexões sobre racismo e saúde                                                                  | SciELO | Santo <i>et al</i>  | 2020 | Discute sobre a questão do racismo na pandemia pois a frequência de incompletude do quesito raça/cor nas diferentes fichas de notificação da COVID-19 permanece quase o dobro daqueles registrados. Isso evidencia que mais da metade dos casos confirmados de COVID tem sua raça/cor desconhecida. A estratificação da raça/cor ignorada totalizava 51,3% (60.382) do total de 117.598 casos confirmados.                                                                                                                                                                                          |
| Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo                                                                                    | SciELO | Gonzaga e Cunha     | 2020 | Esse artigo traz uma reflexão teórica ao destacar a dimensão do gênero no cenário de genocídio negro que vivemos em nosso país e, especialmente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

|                                                                                                       |        |                       |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro                                             |        |                       |      | durante a pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural | SciELO | Oliveira <i>et al</i> | 2020 | Analizou a incidência e mortalidade por COVID-19 em países com fortes desigualdades sociais e constata que, no caso do Brasil, não há como se falar em uma pandemia democrática, ou seja, com democracia racial. Explicita ao destacar tramas e enredos históricos que seguem vulnerabilizando e inviabilizando vidas negras durante a pandemia.                                                                                                                                                                                                                     |
| A crise da pandemia da COVID-19 desnuda o racismo estrutural no Brasil                                | SciELO | Sthel e Silva         | 2021 | O estudo dedicou-se a examinar a taxa de mortalidade por COVID-19 da população negra, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e encontrou que a média de óbitos entre negros é de 60,7% em comparação com as pessoas brancas que somaram 37,2% das mortes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Vulnerabilidade da população negra brasileira frente à evolução da pandemia por COVID-19              | SciELO | Ferreira e Camargo    | 2021 | O artigo expõe os achados de um estudo documental, descritivo, quantitativo, realizada a partir dos boletins epidemiológicos coronavírus publicados pelo Ministério da Saúde do Brasil, nos quais foram avaliadas duas variáveis dos boletins epidemiológicos coronavírus a partir da raça/cor: hospitalizações por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e óbito por COVID-19. A partir das análises, constata-se que pessoas negras têm maiores chances de internação por SRAG e morte por COVID-19 no Brasil, o que implica maior situação de vulnerabilidade. |

|                                                                                            |        |                          |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19 | BVS    | Silva e Silva            | 2021 | O artigo busca examinar as condições de trabalho da população negra anterior e durante a pandemia a partir das informações da PNAD. Constata-se que o maior aumento da desocupação foi entre pretos e pardos e que foram também esses aqueles que menos se beneficiaram com o trabalho remoto. O trabalho em tempo de pandemia, para a população negra, mostrou-se como veículo de intensificação das desigualdades em termos de vínculo e proteção.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| COVID-19 e a população negra                                                               | BVS    | Batista, Proença e Silva | 2021 | Uma reflexão teórica sobre a temática. Além de trazer informações e argumentos que já destacamos outrora, aponta que um dos primeiros registros de caso de óbito confirmado do novo coronavírus foi notificado em março de 2020 e era uma mulher negra de 57 anos, doméstica. Destacou ainda que o quesito raça/cor não foi levado em consideração para a análise da situação epidemiológica da COVID-19 e que a inclusão deste dado se deu somente após esforços do GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), da Coalizão Negra por Direitos e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade. Explicita que, ainda assim, por conta da falta de monitoramento dos órgãos de saúde, essas informações não foram devidamente preenchidas nem analisadas nos boletins epidemiológicos. |
| Entre o Racismo Estrutural e                                                               | SciELO | Melo e                   | 2022 | Tem como objetivo refletir sobre a condição de saúde da população negra                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

|                                                                                                                                             |        |                         |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| o institucional: Reflexões sobre a Saúde da População Negra no Contexto da COVID-19                                                         |        | Castro                  |      | na pandemia da COVID-19 e conclui que a fragilidade do registro das informações de raça e cor é um importante alerta e expõe o histórico racismo institucional do setor saúde, visto que nega o cumprimento da Portaria nº 344, fazendo uma não adesão à PNSIPN. Os autores destacam ainda a ausência de estímulos da gestão do setor saúde para o preenchimento do registro de raça e cor pelos trabalhadores. Por fim, evidenciam que, além do histórico de negligências vivenciadas, a população negra lida com narrativas na contramão das ciências e com ausências de políticas específicas para a sua proteção. |
| Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da COVID-19 | SciELO | Santos e Silva          | 2022 | Analisa-se estatísticas referentes a gênero, raça, classe e região, tendo também como base os indicadores de vulnerabilidade social de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a PNAD entre 2018-2020. As análises apontam que os índices de mortalidade provocados pela epidemia se avolumaram significativamente entre negros e pobres, residentes das áreas periféricas, bem como das áreas rurais. Isso implica que o território é imperativo para o acesso à bens e aos serviços de qualidade.                                                                                            |
| Reflexões sobre a mortalidade da população negra por COVID-19 e a                                                                           | SciELO | Dantas, Silva e Barbosa | 2022 | Faz-se uma análise crítica da literatura buscando refletir sobre os antecedentes sociais, políticos e históricos que conduziram às discrepâncias raciais na mortalidade hospitalar da população brasileira pela COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                                                                                             |        |                       |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| desigualdade racial no Brasil                                                               |        |                       |      | O artigo constata que a situação de vulnerabilidade da população negra se repete sistematicamente em diferentes cenários e é tratada sempre com o descaso, devido ao racismo estrutural, que impacta na vida e na morte deste grupo.                                                                                                                                                                      |
| Racismo ambiental e saúde: a pandemia de COVID-19 no Piauí                                  | SciELO | Lorena <i>et al</i>   | 2022 | O artigo produz reflexões sobre o racismo ambiental e a saúde no estado do Piauí. Constatam-se informações sobre a pandemia uma necropolítica aplicada a espaços e comunidades periféricas. O artigo conclui apontando a necessidade de não só visibilizar o racismo ambiental como reforçar a proteção a comunidades tal como em Xavantes no Xingu e o complexo da Maré no Rio de Janeiro.               |
| Diálogos na Pandemia: discutindo os impactos da COVID-19 sobre a população negra brasileira | BVS    | Oliveira <i>et al</i> | 2022 | O artigo sumariza as reflexões do grupo Diálogos que, durante o período da Pandemia (entre março e agosto de 2021), promoveu um projeto de extensão com discussões relacionadas à COVID19 e a questão da raça.                                                                                                                                                                                            |
| Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da COVID-19                            | SciELO | Silva e Silva         | 2023 | Fez também uma análise bibliográfica e documental, bem como um trabalho de mapeamento a partir de informações secundárias do IBGE de 2019, Atlas da violência de 2020 e o Boletim especial 20 de novembro de 2021, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) buscando analisar os desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da COVID-19. Encontra que as |

|  |  |  |  |                                                                                                                                      |
|--|--|--|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  |  | desigualdades aparecem de forma mais expressiva nas populações mais vulneráveis, que não tiveram como cumprir as medidas sanitárias. |
|--|--|--|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: própria

## 5.2 SOBRE OS PRODUTOS DE NOSSAS ANÁLISES

Como explicado na seção voltada aos procedimentos de análise, a partir das constantes leituras e releituras dos artigos, identificamos, pelo exercício (as) sistemático de revisão, algumas categorias – as quais nomeados de eixos temáticos – como formas de organização dos elementos a serem analisados. A fim de apresentar os resultados de uma forma mais didática, todas os elementos mapeados – práticas discursivas, repertórios discursivos, construção linguística e dimensão dialógica – serão expostos a segundo a sua relação com um determinado assunto (eixo temático). Em cada um desses eixos explicitaremos a perspectiva da literatura sobre aquela categoria, bem como faremos uma análise dialógica dos principais trechos, exemplificativos da noção geral daquela categoria.

A partir de nossa análise, encontramos que a maioria dos trechos que examinavam as questões de raça e racismo no cenário pandêmico poderiam ser enquadrados em 5 (cinco) principais aspectos:

- 1) O racismo e suas magnitudes – eixo em que se caracteriza o racismo, bem como evidencia-se os tipos de racismo que aquela produção científica localiza como significativos para a discussão produzida no artigo;
- 2) A saúde e o COVID-19 em face às questões de raça – explica-se o que é saúde, caracteriza-se como é a saúde da população negra e se dimensiona os impactos neste campo com o evento pandêmico;
- 3) A dinâmica dialógica escancaramento-mascaramento do sistema racista durante a pandemia – esse campo temático se destaca por uma dinâmica bastante dialógica. A maioria dos autores, em suas produções, traziam em seus argumentos pontos que foram evidenciados ou camuflados a partir da pandemia;
- 4) A política e suas interfaces com o racismo – este eixo, sem dúvida, foi o mais explorado pelos autores. A maioria dos discursos evidenciavam as interfaces entre raça, COVID-19 e política;
- 5) Intervenções – aqui estão sumarizadas algumas práticas discursivas que tentam apresentar propostas de melhorias ou sinalizar campos em que avanços são necessários para uma maior equidade social ou uma melhoria para a qualidade de

vida e saúde da população negra.

A seguir apresentaremos cada um desses eixos em mais detalhes.

### 5.1 Eixo temático 1: o racismo e suas magnitudes

Essa categoria compreende as noções de racismo trazidas pelos autores, bem como as diferentes magnitudes que são citadas pelos mesmos. As informações foram compiladas nas duas tabelas a seguir (Tabela 2 e 3), respectivamente.

**Tabela 2.** Definições de racismo nas produções

| Autor(es)                            | Definição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Santos <i>et al</i> , 2020a (p.4220) | [...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer”.                                                                           |
| Santos <i>et al</i> , 2020b (p.225)  | um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor em detrimento de outro                                                                                                                                                                                                                     |
| Gonzaga e Cunha, 2020                | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Oliveira <i>et al</i> , 2020         | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Sthel e Silva, 2021                  | Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública (Art.º 1º, nº 1). |
| Ferreira e                           | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

|                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Camargo,<br>2021                           |                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Silva e Silva,<br>2021                     | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                              |
| Batista,<br>Proença e<br>Silva, 2021       | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                              |
| Melo e<br>Castro, 2022<br>(p.2)            | “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, manifestando-se por meio de práticas conscientes ou inconscientes, as quais culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”                |
| Santos e<br>Silva, 2022                    | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                              |
| Dantas, Silva<br>e Barbosa,<br>2022 (p. 2) | Apresenta-se como uma ideologia de inferioridade, utilizado para justificar o tratamento depreciativo concedido a membros de grupos raciais e étnicos e contribui para o agravamento e manutenção de desvantagens de poder, recursos ou oportunidades entre estes grupos. |
| Lorena <i>et al</i> ,<br>2022              | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                              |
| Oliveira <i>et al</i> ,<br>2022            | Não apresenta uma definição.                                                                                                                                                                                                                                              |
| Silva e Silva,<br>2023                     | Define-se raça não em um sentido biológico, mas sociológico e político para analisar a questão étnico-racial brasileira.                                                                                                                                                  |

Fonte: elaboração própria da pesquisadora

**Tabela 3.** Tipos de racismo mencionados nas produções

| Autor(es)                   | Tipo de racismo mencionado |            |               |           |          |            |
|-----------------------------|----------------------------|------------|---------------|-----------|----------|------------|
|                             | Individual                 | Estrutural | Institucional | Ambiental | Político | Científico |
| Santos <i>et al</i> , 2020a |                            | X          | X             | X         |          |            |
| Santos <i>et al</i> , 2020b | X                          | X          | X             |           |          |            |
| Gonzaga e                   |                            | X          | X             | X         |          | X          |

|                                         |   |   |   |   |   |   |
|-----------------------------------------|---|---|---|---|---|---|
| Cunha,<br>2020                          |   |   |   |   |   |   |
| Oliveira <i>et al</i> , 2020            |   | X | X |   |   |   |
| Sthel e<br>Silva,<br>2021               | X | X | X | X |   | X |
| Ferreira e<br>Camargo,<br>2021          |   | X | X |   |   |   |
| Silva e<br>Silva,<br>2021               |   | X |   |   |   |   |
| Batista,<br>Proença e<br>Silva,<br>2021 |   | X | X |   |   |   |
| Melo e<br>Castro,<br>2022               | X | X | X | X |   |   |
| Santos e<br>Silva,<br>2022              |   | X | X | X |   |   |
| Dantas,<br>Silva e<br>Barbosa,<br>2022  | X | X | X |   |   |   |
| Lorena <i>et al</i> , 2022              |   |   |   | X |   |   |
| Oliveira <i>et al</i> , 2022            |   | X |   |   |   |   |
| Silva e<br>Silva,<br>2023               |   | X |   | X | X | X |

Fonte: elaboração própria da pesquisadora

## 5.2 Eixo temático 2: a saúde e o COVID-19 em face às questões de raça

Em nossas leituras, saltou-nos aos olhos como a maioria dos trabalhos apresentavam informações que compreendem um panorama geral acerca da saúde da população negra. Exploraremos, a seguir, tais elementos, explicitando não somente

informações generalistas, bem como a tensão dialógica saúde-doença nos tempos do COVID-19.

No que versa a saúde da população negra, Santos e colaboradores (2020a) explicita que a literatura evidencia

(...) piores condições de saúde da população negra em relação a brancos, tais como: maior risco de mortalidade infantil, morte por causas externas, riscos de complicações na gravidez e no parto e menor acesso e acessibilidade aos serviços de saúde. Ao mesmo tempo, demonstra-se ainda o comprometimento da qualidade da informação referente às causas de óbitos para essa população. Buss e Pellegrini Filho reconhecem que um dos traços mais marcantes da situação de saúde do país são as iniquidades entre grupos e indivíduos, aqui compreendida como desigualdades em saúde que além de serem “sistemáticas e relevante” são, sobretudo, “evitáveis, injustas e desnecessárias” (p. 4213)

Essa disparidade, inclusive, pode ser localizada até mesmo no nascimento, tal como destaca Ferreira e Camargo (2021)

Ademais, existe vasta literatura que aborda as iniquidades na saúde da população negra, desde o nascimento até a morte, mesmo quando se controla os fatores socioeconômicos. Destacamos, por exemplo, que mulheres negras têm piores condições de assistência pré-natal e ao parto, além de que bebês pretos possuem mais chances de morrer no primeiro ano de vida, em comparação aos brancos (p. 4)

Ainda, tal como Oliveira e colaboradores ressaltam (2022), os números e projeções estatísticas da Pesquisa Nacional de Saúde evidenciam fatores de risco mais prevalentes entre a população negra: “além da doença falciforme, tais como hipertensão (44,2%) e diabetes (12,7%), quando comparada à população branca (22,1% e 6,2%, respectivamente), doença cardíaca (7,0%), à asma (8%) e às doenças negligenciadas, a exemplo da tuberculose” (p.5).

Essas informações deixam evidente como essa disparidade de condição de saúde não se dá devido a causas naturais, mas fundamentalmente responde às desigualdades entre grupos sociais que poderiam ser contornadas. Mas como isso seria possível?

Alguns autores apontam para a importância de pesquisas do campo que considerem o recorte de raça/cor (Santos *et al*, 2020a; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Oliveira *et al*, 2020). Sobre isso, Santos e colaboradores (2020a) ressaltam que, recentemente, a saúde da população negra tem estado no foco das pesquisas no campo

da saúde coletiva, mas que, contudo, historicamente nos deparamos com um cenário oposto: “os estudos e as políticas públicas de saúde em torno desta temática foram extremamente negligenciados” (p.4213). A título de exemplificação, os autores lançam mão de como, no campo da epidemiologia, a temática cor/raça esteve ausente dos debates e dos textos oficiais por longa data. A inclusão destas informações nos sistemas de informação em saúde ocorrera apenas na metade do século XX e como fruto de diversas movimentações políticas reivindicatórias por parte do movimento negro.

No Brasil, um primeiro reconhecimento da relevância de se considerar questões de negritude nas políticas de saúde somente se deu em 2009, com a Portaria nº 992, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)<sup>6</sup>. Com a Portaria nº 2.629 de 2014 foi criado o Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN). Contudo, apenas 11 estados e o Distrito Federal possuem tal dispositivo até hoje (Santos *et al*, 2020a; Oliveira *et al*, 2022). Por fim, somente em 2017, com a Portaria nº 344 que o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde tornou-se obrigatório, em vistas de promover equidade racial. Contudo, infelizmente esta isonomia continua a ser desrespeitada.

Estudos como o de Santos e colaboradores (2020a) escancaram como há uma dificuldade no preenchimento das informações referentes a raça/cor nos Sistemas de Informação do país<sup>7</sup> e destacam como este cenário não foi diferente nos registros dos casos de COVID-19. Os autores começam destacando que, em suas pesquisas, apenas encontraram apenas 5 (cinco) estados, de todo o Brasil, que divulgaram informações desagregadas por raça/cor.

Mas o que encontramos em relação a esses cinco Estados? Encontramos, em

---

<sup>6</sup> Essa política foi “Resultado de uma luta histórica do movimento social negro pela democratização da saúde e promoção da equidade racial, essa política se destaca pela transversalidade de suas ações e estratégias, assim como pelo reconhecimento do racismo e das desigualdades étnico raciais como parte da determinação social da saúde. A criação dessa política foi incorporada a um conjunto de outras estratégias governamentais propostas com vistas à redução dos indicadores de adoecimento e morte dessa população historicamente mais vulnerabilizada. O texto da política contemplou ações abrangentes voltadas para a atenção, promoção e prevenção de doenças, assim como para a participação nas instâncias de controle social e formação e educação para os trabalhadores da saúde” (Oliveira *et al*, 2020, p.7).

<sup>7</sup> Santos e colaboradores (2020a) trazem, em seu artigo, figuras interessantíssimas que sumarizam informações acerca desta temática. Há uma primeira figura com uma linha do tempo com os principais marcos sobre os dados secundários em saúde com o recorte étnico-racial de 1980-2017 e uma segunda linha do tempo da epidemia pela Covid-19 e as ações impetradas por entidades brasileiras contra Estado para divulgação dos dados epidemiológicos desagregados por raça/cor até 17 de junho de 2020. Essas imagens podem ser consultadas nas páginas 4214 e 4221, respectivamente.

quatro deles, um maior acometimento do COVID-19 em negros e pardos. A única exceção foi o Rio Grande do Sul e os autores apontam que esta exceção deve ter sido devido a sua população de 83,2% autodeclarada branca. Em Pernambuco, temos uma porcentagem de 66,5% de casos de COVID-19 na população negra. Santos e colaboradores (2020a) destacam, contudo, que essas apreciações estão extremamente incompletas, tendo em vista que a ausência de informações referentes a raça/cor ultrapassa 60% dos casos notificados no estado. Assim, os autores (Santos *et al*, 2020a) concluem que se estima que esses números sejam bem mais alarmantes. Principalmente devido ao fato de que o Brasil foi um país que esteve entre os primeiros no ranking com mais pessoas mortas devido ao coronavírus (com em média 711 mil mortes), ficando atrás somente para os EUA e a Índia (Silva; Silva, 2023). Ainda, por ser um país cuja população é majoritariamente negra, o índice de mortalidade hospitalar da doença dentro deste grupo certamente é altíssimo (Dantas; Silva; Barbosa, 2022).

Reflexões sobre o porquê da subnotificação de uma informação essencial para direcionar as políticas públicas interventivas será discutida em mais detalhes no quarto eixo temático, no qual trabalharemos as interseções entre cuidado e política. Aqui buscamos apenas ressaltar como a literatura (Santos *et al*, 2020a; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Oliveira *et al*, 2020) nos aponta para uma menor qualidade de vida para a população negra e como uma devida notificação, a partir destes instrumentos públicos, poderiam produzir significativas modificações neste cenário.

Em face a isso, a literatura (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Gonzaga; Cunha, 2020; Oliveira *et al*, 2020; Sthel; Silva, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Silva; Silva, 2021; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2022; Santos; Silva, 2022; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Silva; Silva, 2023) volta a apontar o racismo estrutural como agente ativo desta negligência estatal. Essa crítica é bem ilustrada a partir da frase de Santos e colaboradores (2020a), que citam Poteat e colaboradores, que propõe que “todos nós não temos o mesmo risco para o COVID-19. Como outras condições, essa é decididamente uma doença racializada” (p. 4220). Ou ainda a partir da crítica tecida por Oliveira e colaboradores (2020) quando dizem:

A ausência do registro dessa variável também revela o racismo, nos moldes institucionais, pois impede que vejamos a verdadeira magnitude da exclusão da população negra. Essa constatação remete uma das dimensões da

necropolítica: há corpos cujos perfis de morbimortalidade nem são registrados, pois que classificados como descartáveis e supérfluos (p.10)

À vista deste aspecto, Dantas, Silva e Barbosa (2022) citam um estudo transversal (Baqui *et al.*, 2020) realizado com informações do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe que conclui que “ser pardo ou preto é o segundo fator de risco de mortalidade pela doença e é menor apenas que o risco de morrer por COVID-19 quando se tem uma idade elevada” (p.3). Essas informações se dão devido à “precariedade na qualidade de vida, educação, acesso a bens, serviços e em suas condições de saúde, quando os comparamos a outra parcela do contingente populacional” (Dantas; Silva; Barbosa, 2022, p. 3).

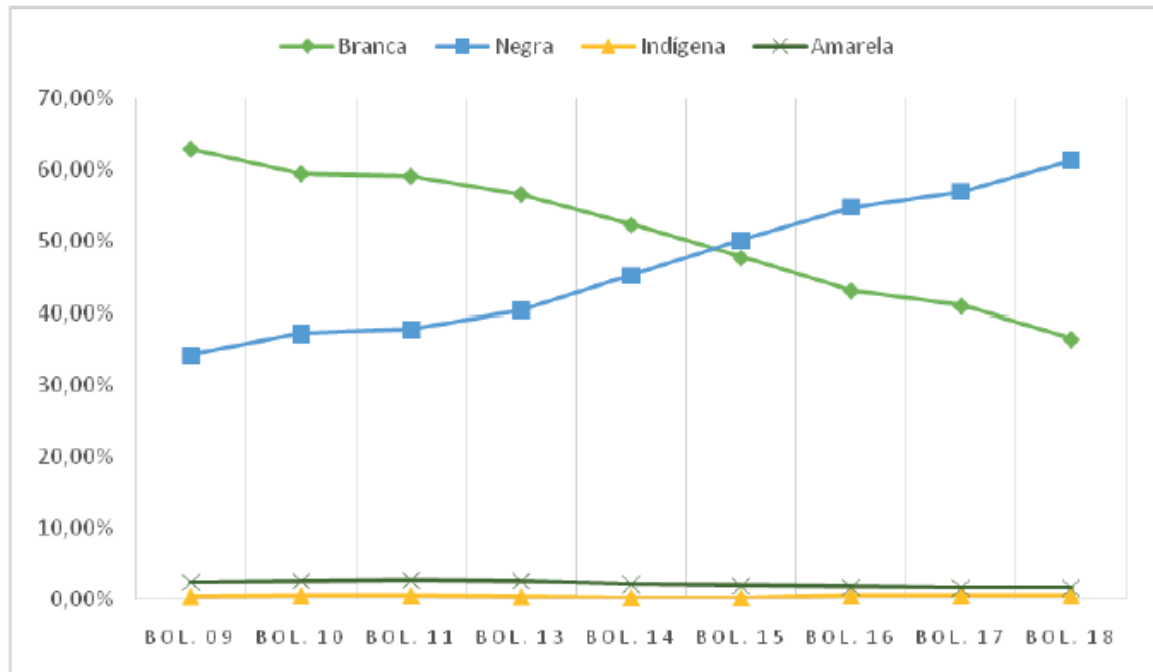
O estudo de Dantas, Silva e Barbosa (2022) ainda cita a vulnerabilidade dos idosos. Outros trabalhos (Santos *et al.*, 2020a; Santos *et al.*, 2020b; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al.*, 2022; Santos; Silva, 2022) mencionam também outras populações vulneráveis: tais como a LGBTQI+, pessoas em situação de rua ou privadas de liberdade, etc. Esses autores explicam que essas são populações vulneráveis devido ao perfil brasileiro de Estado neoliberal. Ou seja, de um Estado que busca reduzir suas intervenções ao mínimo perante as problemáticas sociais, operando somente no campo ideológico para produzir uma inversão da realidade – e aí gerando um negacionismo. A partir destas mínimas intervenções, se interseccionam vulnerabilidades e violências, posto que o Estado “não se preocupa com as condições sociais dos indivíduos e prioriza o caráter economicista da crise sanitária” (Silva; Silva, 2023, p. 114).

A título de exemplificação, Ferreira e Camargo (2021) explicitam a partir de uma ilustração visual como, ao longo do tempo pandêmico, a população negra continuou em vulnerabilidade. Esta figura (Figura 1) pode ser encontrada logo a seguir.

À face do exposto, Silva e Silva (2023) concluem que, na verdade, por parte do Estado não há uma verdadeira intenção de contenção ou combate à pandemia. Os autores destacam que o Estado sabe que cenários caóticos afetarão em maior magnitude as populações mais vulneráveis e desfavorecidas e tal informação não gera mobilizações, ou melhor, não produz ações estratégicas voltadas à proteção destas populações. Pelo contrário, o que encontramos na literatura (Santos *et al.*, 2020a) foi um maqueamento dos números – a partir da subnotificação – para tornar menos evidentes os efeitos da ausência dessas decisões políticas. Por hora, o que podemos concluir é que

as condições de saúde e de doença não são iguais. E o cenário pandêmico tornou essa cena de desigualdade ainda mais clara, como exploraremos na categoria de análise a seguir.

**Figura 1.** Evolução das taxas de óbito por COVID-19 segundo raça/cor até 15 de junho de 2020



Fonte: Ferreira e Camargo (2021, p. 7)

### 5.3 Eixo temático 3: a dinâmica dialógica escancaramento-mascaramento do sistema racista durante a pandemia

Como bem destaca Melo e Castro (2022), “a estrutura social tem influência direta no processo saúde-doença” (p.2). Assim, neste tópico estaremos apresentaremos as produções científicas referentes às desigualdades sociais, tanto aquelas que são rotineiras, cotidianas, e, portanto, invisibilizadas pelo racismo – seja ele individual, institucional, estrutural, ambiental e científico – e, estão, assim, “mascaradas”, ou pior, naturalizadas; como aquelas que, durante a pandemia ganharam um maior destaque, devido a acentuação da situação pelos desafios que o COVID-19 trouxe consigo.

Iniciaremos, então, enfatizando as desigualdades cotidianas, mas que, não por

isso, ganham visibilidade. Começaremos trazendo um trecho extremamente significativo de Sthell e Silva (2022) que anunciam que

o Brasil se apresenta como um dos países mais desiguais do mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a) indicam que a renda dos 1% mais ricos é 34 vezes maior que a renda da metade mais pobre do Brasil. E entre os mais pobres, a população negra é maioria. O rendimento médio per capita da população negra é de R\$ 934,00 enquanto o da população branca é de R\$1.846, isto é, duas vezes maior. Em condições de moradia, 44,5% de pretos e pardos vivem em condições precárias com ausência de serviços básicos (IBGE, 2019a *apud* Sthell; Silva, 2022, p. 19)

Essas diferenças de renda, moradia e dentre outros aspectos também foi explicitada por Sthel e Silva (2021), que trazem o seguinte gráfico em seu artigo científico (Figura 2):

**Figura 2.** Desigualdades raciais no Brasil destacadas por Sthel e Silva (2021)



Fonte: Sthel e Silva (2021, p.21)

Na Figura 2 encontramos várias porcentagens sobre o mercado de trabalho, distribuições de renda e condições de moradia, violência, educação e representação política a partir de um recorte racial. Essas informações coadunam com o que aponta Dantas, Silva e Barbosa (2022) ao explicitarem os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013:

observamos que, os estratos socioeconômicos com piores rendimentos, “D e E”<sup>3</sup> são compostos por 59,95% de pessoas negras e 40,37% de pessoas não negras. Em contrapartida, os estratos com melhores rendimentos, “A e B”, são compostos por 61,58% de não negros e 38,42% de pessoas negras. No que tange à escolaridade, observamos as mesmas tendências, 33,44% da população sem escolaridade é não negra,

contra alarmantes 65,56% de pessoas negras nesse grupo. Quando observamos o ensino superior identificamos o inverso, 65,87% dos indivíduos com este nível de educação são não negros e somente 34,3% destes são negros (IBGE, 2014). A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2012, apontou que, entre os trabalhadores com até quatro anos de estudo, pretos e pardos possuíam respectivamente, 78,7% e 72,1% do rendimento-hora dos trabalhadores brancos (p.3)

No tocante ao aspecto das desigualdades de moradia e as condições de vida, Silva e Silva (2023) apontam como as publicações do IBGE de 2019 nos permitem evidenciar a presença do racismo ambiental, posto que as questões de cor/raça aparecem fortemente atreladas à distribuição espacial dos domicílios – tanto no tocante à acesso aos serviços (sejam eles básicos, tais como coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário; ou complexos) nas regiões próximas ou devido às características individuais dos domicílios. Vejamos na íntegra:

Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças (IBGE, 2019 *apud* Silva; Silva, 2023, p.115).

Em relação às características individuais dos domicílios, o elemento mais destacado pela literatura científica foi a questão da superlotação. A título de ilustração, Silva e Silva (2023) destacam como “o Censo Demográfico 2010 verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas” (p.115).

Não apenas esses autores supracitados, mas a maioria dos artigos analisados explicitam a realidade de desigualdade e, portanto, de vulnerabilidade da população negra (Silva; Silva, 2021; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Santos; Silva, 2022; Santos *et al*, 2020a; Sthell; Silva, 2022; Silva; Silva, 2023). Temos, portanto, para homens e mulheres pretos e pardos uma maior restrição social do que para brancos (Santos *et al*, 2020). Ainda, no desenho das desigualdades raciais, o mapa demográfico brasileiro indicou que “pretos ou pardos tinham maiores restrições à Internet (23,9%), saneamento básico (44,5%), educação (31,3%), condições de moradia (15,5%) e à proteção social (3,8%). Em comparação, todos esses valores estão acima

dos percentuais registrados para homens ou mulheres brancas” (Santos; Silva, 2022, p. 1855).

Todas essas desigualdades desaguam nas disparidades de saúde-doença para a população negra, tal como bem descrevemos na categoria analítica acima. Acerca disto, Santos *et al* (2020) expõem:

Além dos achados prevalentes de doenças crônicas nesta população, destaca-se que essas patologias são potencializadas por fatores contribuintes para seu desenvolvimento que também afligem em maior grau os negros quando comparado aos brancos, como consumo inadequado de frutas, verduras e legumes e consumo abusivo de bebida alcoólica. Essas diferenças raciais na distribuição das doenças e dos seus fatores de risco não devem ser atribuídas a diferenças biológicas e/ou comportamentais relacionadas à raça/cor, mas, sobretudo, como nos lembra Laster Pirtle fruto de um sistema racista que estrutura a vida das pessoas (p.4220)

Assim, as disparidades da distribuição saúde-doença estão relacionadas diretamente às todas as desigualdades mapeadas pela literatura analisada: pobreza, violência, morte, exclusão, marginalização, etc. Diante deste cenário, alguns dos trabalhos analisados (Silva; Silva, 2023; Dantas; Silva; Barbosa, 2022) destacaram a necessidade de pensarmos na ausência de políticas públicas antirracistas para o efetivo cuidado com esta população. Sobre isso, Silva e Silva (2023) salientam que é “(...) extremamente contraditório defender uma justiça social e racial sem entender as desigualdades pertinentes do sistema capitalista, que são fortalecidas pela meritocracia liberal e pelo mito da democracia racial, contribuindo assim para a complexidade da questão racial brasileira” (p.113).

Os autores (Silva; Silva, 2023), portanto, apontam a lógica capitalista como um fator significativo a ser considerado em suas análises, posto que há sempre tentativas de privatizações de serviços básicos de saúde em nosso país, o que, conseqüentemente, repercute no delineamento do perfil de morbimortalidade da população negra. Sobre isto, Sthell e Silva (2021) revela que

tradicionalmente, o Brasil não investe em saúde o suficiente para a demanda de sua população, e essa situação se agravou devido à Emenda Constitucional n.º 95, que limitou o teto de gastos públicos o que retirou 20 bilhões do SUS no ano de 2019 (Conselho Nacional de Saúde, 2020). Essa precariedade do sistema de saúde público possibilitou a existência de planos de saúde particulares, que se restringem à população que pode pagar tais mensalidades (p. 19).

As relações com o capitalismo e também com o neoliberalismo – apontada por outros artigos – será melhor analisada em nossa próxima categoria. Por hora, uma vez que exaurimos a apresentação das informações sobre a desigualdade social rotineira do cenário brasileiro, partiremos para explicitar como essas disparidades foram acentuadas a partir da pandemia do COVID-19.

Metade dos artigos examinados (Silva; Silva, 2021; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Santos; Silva, 2022; Santos *et al*, 2020a; Sthell; Silva, 2022; Silva; Silva, 2023) trouxe informações explícitas sobre como a pandemia agravou as letalidades sociais – condições materiais de vida – já existentes. Abaixo trazemos um trecho ilustrativo disto. Santos e colaboradores (2020a) sinalizam como:

**a pandemia da COVID-19 no Brasil expõe e exacerba problemas históricos que extrapolam o âmbito da saúde, assim abrangendo as conjunturas econômica, política e estrutural.** Apesar de ser considerado um país multiétnico, sua história demonstra a existência de uma estrutura racista, a qual subjuga e circunscreve o corpo negro às margens das políticas públicas. Na pandemia, percebe-se uma sobreposição das desigualdades sociais e raciais que **acentuam para a população negra um lugar de desprivilegio** (p.4212, grifo nosso).

Aqui não exploraremos a questão política e estrutural, estaremos centrando nossas discussões em um outro aspecto que os autores (Silva; Silva, 2021; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Santos; Silva, 2022; Santos *et al*, 2020a; Sthell; Silva, 2022; Silva; Silva, 2023) problematizaram bastante: a incongruência entre as medidas preconizadas pelo Ministério da Saúde (MS) em face à realidade de desigualdade de acesso de populações vulneráveis a elementos básicos. Sobre isso, Santos e colaboradores expõem que:

parcela da população não possui acesso a água e nem poder aquisitivo para aderir ao uso de álcool em gel para higienização das mãos. Além disso, sabe-se também que os trabalhadores informais e conformações territoriais formadas pelas favelas brasileiras constituem fatores que prejudicam a adoção de medidas recomendadas pela OMS e instituídas pelos estados brasileiros, a exemplo do distanciamento social (Santos *et al*, 2020, p.4212)

Sobre as incongruências das medidas indicadas pelo MS, Silva e Silva (2023) apontam que até mesmo antes da pandemia já era impraticável o cumprimento das medidas sanitárias, quem dirá após, quando vamos ver uma intensificação da vulnerabilidade da população negra. Vulnerabilidade acentuada pois houveram múltiplos impactos na dimensão do trabalho durante a pandemia, tais como: “i)

desocupação e informalidade; ii) afastamento temporário do trabalho e trabalho remoto; e iii) desemprego por desalento causado pela pandemia” (ibid, p.8). Vejamos em mais detalhes:

Segundo Dieese, sob enfoque da PNAD contínua por domicílios, em novembro de 2020, dos 8 milhões de pessoas que perderam o emprego entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, 6,3 milhões eram negros e negras, o equivalente a 71% do total. Entre o 4º trimestre de 2019 e o 2º de 2020, cerca de 72% ou 8,1 milhões de negros e negras estavam em situação vulnerável no país. Em última análise, a instituição afirmou que foram os homens negros com carteira (1,4 milhão), sem carteira (1,4 milhão) e os que trabalhavam por conta própria (1,2 milhão) que perderam as ocupações na pandemia. Para as mulheres negras, os números não ficaram atrás. Perderam os postos de trabalho 887 mil trabalhadoras com carteira; 620 mil sem carteira; 886 mil trabalhadoras domésticas; e 875 mil trabalhadoras por conta própria (DIEESE, 2020 *apud* Santos; Silva, 2022, p.1861).

Uma informação que se contrasta com o mapeamento desta situação de vulnerabilidade intensificada para a população negra é “o aumento da concentração de renda entre pessoas não-negras (2019-2020)” (Santos; Silva, 2022, p.1866). Santos e Silva (2022) ainda destacam outro contraste extremamente significativo:

No âmbito do trabalho, o governo elaborou projetos que visavam a preservação de empregos a partir da redução da jornada de trabalho, salários, suspensão de contratos, em consonância inscrição do trabalhador no seguro desemprego e auxílio emergencial. Contudo, tudo isso se apresentou sem a criação de novos empregos e nítida flexibilização da legislação trabalhista. Na pauta vinculada à renda, a política de Estado aplicada foi a continuação do programa Bolsa Família e a promoção do Auxílio Emergencial, como forma de contornar a insegurança alimentar. Entretanto, após a burocratização houve a diminuição da parcela dos beneficiários do programa Bolsa Família. Assim como, o governo pagou o valor de R\$200,00 aos beneficiários do Bolsa Família, durante três meses, suscitando uma série de críticas dentro e fora dos quadros governamentais (Santos; Silva, 2022, p.1867).

Assim, as desigualdades sociais destacadas anteriormente – aquelas que já estavam lá antes da pandemia – acentuaram a mortalidade da população negra (Oliveira *et al*, 2022). Elas são reflexos dos processos históricos, sociais e econômicos que se relacionam diretamente com o racismo, com a precarização das condições de vida e de saúde da população negra. Buscando ilustrar isso, Dantas, Silva e Barbosa (2022) trazem em seu artigo científico um mapa conceitual da vulnerabilidade para o adoecimento por COVID-19 da população negra (Figura 3). Os autores destacam que o mapa foi realizado com base no esquema de Solar e Irwin (2010), adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A figura está na página a seguir.

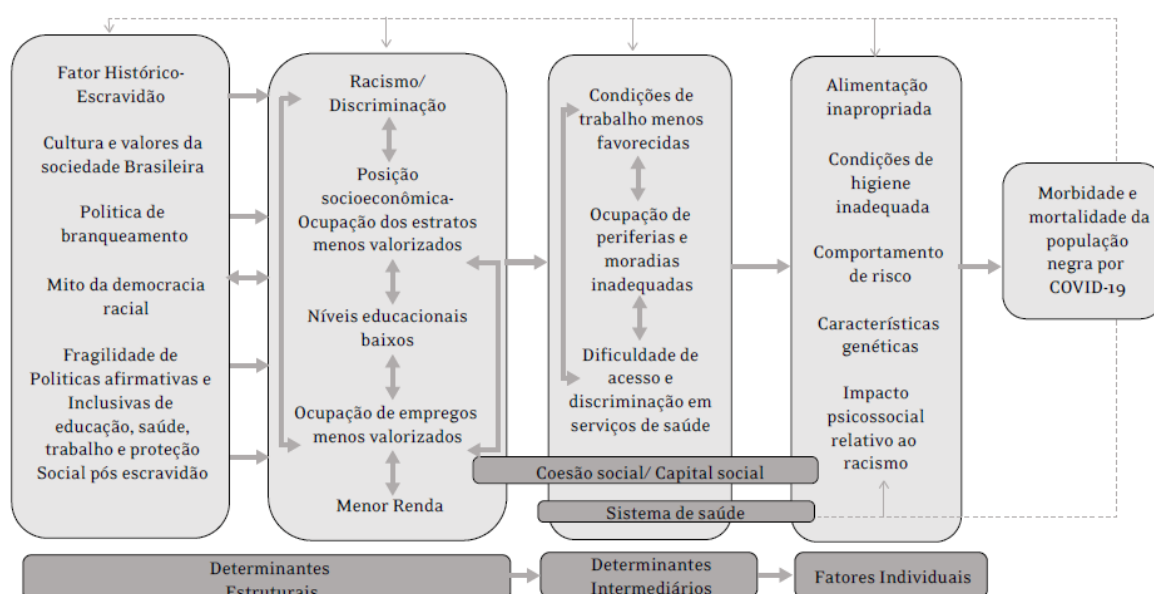
Destarte, o que os artigos apontam incisivamente é que o contexto pandêmico

evidenciou uma “geografia das desigualdades” (Dantas, Silva e Barbosa, 2022, p.8), pois

escancarou a segregação racial, ao evidenciar que na composição dos vulneráveis pela covid-19 no Brasil as maiores taxas de letalidade estão entre os negros que vivem em áreas de menor nível socioeconômico, grupo formado por moradores de favelas, periferias, pessoas em situação de rua e ainda com maior prevalência de morbidades específicas (diabetes e hipertensão, por exemplo) (Dantas; Silva; Barbosa, 2022, p. 8-9).

Por fim, finalizamos com Silva e Silva (2023), que recorrem ao argumento de Santos (2020) de que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros” (p. 115).

**Figura 3.** Mapa conceitual com os determinantes da morbimortalidade da população negra ao COVID-19 apresentado por Dantas, Silva e Barbosa (2022)



Fonte: Dantas, Silva e Barbosa (2022, p.8)

#### 5.4 Eixo temático 4: a política e suas interfaces com o racismo

Como explicitado nos tópicos anteriores, não há como discutir sobre a presença ou ausência de práticas de saúde em face ao COVID-19 sem pensar a dimensão política que orienta e direciona tais práticas. Aqui explicitaremos os elementos que foram

trazidos pelos autores no tocante a esta temática.

Ao versar sobre as políticas que incidem sobre a população negra, a maioria dos trabalhos revisados – cinco artigos (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Melo; Castro, 2022; Oliveira *et al*, 2020; Santos; Silva, 2022) – citam a necropolítica ou necrobiopoder a partir dos autores Mbembe (2018) e Bento (2018), respectivamente, e trazem definições como “diferenças existentes nas ações do Estado em relação a determinados grupos e a distribuição diferencial de direito à vida” (Santos *et al*, 2020a, p.4213) ou até mesmo “técnicas planejadas e sistemáticas através de atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer” (ibid, p.4213).

Além de caracterizar essas lógicas, Silva e Silva (2023) destacam como elas são um projeto ideopolítico para conferir legitimidade e sustentação às desigualdades raciais – as quais ressaltamos na categoria anterior. Os autores propõem que essas práticas neoliberais sustentam uma “cidadania sacrificial” (p.114) que objetifica o ser humano, reduzindo-os à capital. Eles explicam:

O capital humano, no linguajar neoliberal, não possui gênero, sexualidade, raça ou qualquer outra posição subjetiva. Porém, é claro, o neoliberalismo se intersecciona com poderes existentes de estratificação, marginalização e estigmatização, reconfigurando e reafirmando esses poderes. A necessidade de marcação desse sujeito “sem rosto”, na contramão do que é defendido pelos teóricos neoliberais, é essencial para se ressaltar as disparidades estruturais e os efeitos diferenciados que atingem mais determinados segmentos do que outros. E que interseccionam vulnerabilidades e violências no discurso e na prática da “cidadania sacrificial” vigentes na racionalidade neoliberal (Brown, 2018 *apud* Silva; Silva, 2023, p. 114).

Assim, ainda que todos sejam capital. Alguns, recorrentemente, pagam mais do que outros. No tocante a isto, Oliveira e colaboradores (2020) destacam a população negra como um capital basilar. Em suas palavras: “O poder capitalista da modernidade, de ordem colonial, está ancorado na imposição da classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder” (p.3).” Ou seja, há uma disparidade que é invisibilizada a partir de um discurso de equidade (todos são capital).

Para exemplificar a lógica supracitada, Silva e Silva (2023) trazem o exemplo de Cleonice Gonçalves: uma mulher negra de 63 anos de idade, moradora do Rio de Janeiro e empregada doméstica. Ela foi contaminada por seus empregadores, que

sabiam que estavam com COVID-19, mas não cumpriram o isolamento social e expuseram a trabalhadora. Ela foi uma das primeiras vítimas letais do vírus, morrendo poucos dias após o contágio.

Fica evidente, portanto, que, embora fale-se de um capital qualquer, a cidadania sacrificial incide mais fortemente sobre as populações mais vulneráveis ou desfavorecidas economicamente. Isso porque, a partir da lógica liberal, não há qualquer busca de proteção a essas pessoas. Acerca disto, Silva e Silva (2023) salientam que as

relegadas ao abandono estatal e a políticas que não os incorporam nem os favorecem. reflexões postas parecem dialogar com aquilo que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2017, p. 152) tematiza em “Políticas da inimizade”, ao destacar as “[...] vastas populações que estão sujeitas as condições de vida muito próximas do estatuto dos mortos-vivos”. Para Mbembe (2018, p. 41), “é essa capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é, é uma herança histórica e cultural” (p. 114)

Em face às decisões de quem vive e morre, cabe destacarmos – como bem faz Lorena e colaboradores (2022) – o papel do racismo ambiental como um elemento que afeta não só a população negra, mais também

povos indígenas; quilombolas; ribeirinhos; moradores de aterros e/ou terrenos contaminados; moradores de bairros atingidos por acidentes ambientais; moradores em periferias, ocupações e favelas. Além destas, podemos considerar também moradores do entorno de lixões; marisqueiras; catadores de materiais recicláveis; agricultores familiares; e trabalhadores rurais sem-terra (p.3)

Para salientar o papel deste racismo se faz fundamental circunscrevermos a conjuntura racial de um problema ambiental tal como o COVID-19, que, embora seja um problema pontual, as estratégias de defesa a esse vírus se tornaram mais dificultosas devido às situações de vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas ligadas ao cotidiano da população negra no Brasil: “população mais desamparada pelo poder estatal” (Lorena *et al*, 2022, p.3), pois são “sujeitos periféricos” (ibid, p.3).

A perpetuação do racismo ambiental está numa dinâmica do espaço urbano, é pela regulação da cidade que esse mesmo racismo “aplicado” ao meio ambiente, atua na “dominação completa sobre aqueles habitantes” (Mbembe, 2016, p. 123) que se dá pelo entendimento da cidade, sobretudo, nas periferias onde o racismo ambiental parece se instalar (p.4)

Se faz imprescindível observarmos o racismo ambiental em um cenário pandêmico em que é recomendado a utilização do isolamento social como medida de proteção de vida, porém essa medida não se adequa à realidade periférica a qual às pessoas negras são submetidos. O território periférico é “um território construído por desterritorializados e excluídos” (Lorena *et al*, 2022, p.4). Ele é marcado por uma infraestrutura pobre e precária, bem como fora do foco dos grupos prioritários para intervenções políticas que garantissem a manutenção de aspectos básicos. Negam, deste modo, as garantias constitucionais desta população (Lorena *et al*, 2022). Neste sentido, o racismo ambiental opera “como categoria (macro)política no conjunto de forças que disputam capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2016 *apud* Lorena *et al*, 2022, p. 4).

Ainda, para além do racismo ambiental, temos o racismo estrutural como “motor do princípio necropolítico enquanto este é epíteto da destruição organizada, em nome de uma economia sacrificial, cuja o funcionamento requer que de um lado, se reduza o valor da vida, e por outro se crie o hábito da perda” (Mbembe, 2017 *apud* Silva; Silva, 2023, p. 116). Nesta balança, o valor da vida da pessoa negra é reduzido. Vemos essa população morrendo, não gera inquietação. Como explicita Gonzaga e Cunha (2020): “a violência racial-colonial deixou como legado uma sucessão de sofrimentos que não causa como resposta ‘nem tomada de responsabilidade, nem solicitude, nem simpatia e nem sequer a piedade’ (Mbembe, 2017, p. 13) com os corpos que são rotineiramente deixados para morrer” (p.5).

Em face às expressões do racismo estrutural e ambiental evidenciadas durante a pandemia do COVID-19, Batista, Proença e Silva (2021) lançam uma pergunta extremamente significativa em seu artigo: “o vírus da Covid-19 é democrático?” (p.2). Cabe destacar que essa inquietação também foi abordada por Oliveira e colaboradores (2022), embora não apresentada como pergunta efetivamente. Achamos, contudo, muito importante trazermos a pergunta literal produzida pelo artigo de Batista, Proença e Silva (2021). Essa indagação, ao nosso ver, busca escancarar a impossibilidade de: 1) permutação para trabalhos em casa (*homeoffice*), principalmente pelo tipo de atividade que exercem; 2) isolamento social quando há duas ou três gerações morando na mesma moradia; 3) realizar a limpeza recorrente das mãos sem acesso à água encanada; dentre outros aspectos que escancaram o desamparo e negligência em relação à população negra. Os autores ainda recorrem às publicações da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) que “mostram que o percentual de brasileiros (as) trabalhadores (as) pretos (as) e pardos (as) em ocupações informais é de 47,3%, enquanto entre os trabalhadores (as) brancos (as) o valor é de 34,6%” (p.3). Ainda, os autores (Batista; Proença; Silva, 2021) como no contexto do COVID-19 houve um maior número de óbitos entre

faxineiras (os) e auxiliares de limpeza (62%); aposentados (as) (30%); empregadas domésticas (6,5%); diaristas e cozinheiras (6,5%); técnicos e profissionais de saúde de nível médio (0,3%); vendedores (as) (0,3%); caminhoneiros (0,3%); entregadores de mercadorias (0,3%); auxiliares de produção (0,3%); e outros (0,3%) (p. 3).

Essas ocupações, como explicamos anteriormente, são majoritariamente realizadas pela população negra. Essas atividades, inclusive, não cessaram durante a pandemia e também não foram consideradas prioritárias quando ocorreu o início da vacinação (Batista; Proença; Silva, 2021).

Acerca deste panorama, Melo e Castro (2022) explicitam que

(...) foi disseminada a ideia de que a covid-19, no Brasil, seria uma doença “democrática”, atingiria a todos, independentemente de raça e cor, em que os mais afetados seriam pessoas com comorbidades e idosos (p. 5) O discurso de democracia da doença, na verdade, oculta um tipo de narrativa histórica, da democracia racial, bem comum. Isso advém da ilusão de que a população negra e a população branca vivem de forma harmônica, sem assimetrias sociais causadas pelo racismo (p. 5).

Estatísticas acerca das perdas de vidas negras foram apresentadas e analisadas na literatura revisada (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Gonzaga; Cunha, 2020; Oliveira *et al*, 2020; Sthel; Silva, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Silva; Silva, 2021; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2022; Santos; Silva, 2022; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Silva; Silva, 2023). Silva e Silva (2023) se reportam aos números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu Atlas da Violência (2020) e explicitam que a cada vinte e três minutos morre uma pessoa jovem negra ou parda. Isto é, cerca de 63 mortes diárias e 23 mil mortos ao ano. Destacam ainda que a chance de um jovem negro ou pardo ser morto é 2,5 vezes maior que um branco; ao passo que as mulheres negras são 68% das mulheres assassinadas no Brasil – com uma taxa de mortalidade quase o dobro em relação a mulheres não negras. Alarmados com esse cenário, os autores fazem uso de uma citação direta extremamente significativa de Evaristo (2015 *apud* Silva; Silva, 2023): “a morte incendeia a vida,

como se essa estopa fosse. [...]. Na lixeira, corpos são incinerados. A vida é capim, mato, lixo, é pele e cabelo. É e não é. Na televisão deu: Mataram a mulher, puseram o corpo na lixeira e atearam fogo!” (p. 116).

Ao lançar mão do trecho supracitado, os autores (Silva; Silva, 2023) buscam explicitar como o racismo estrutural favorece essa condição de mortos-vivos à população negra: há uma naturalização de sua morte, pobreza e destruição. Esse cenário não é muito diferente quando pensamos o tempo pandêmico. Contudo, nos tempos pandêmicos há uma grande agravação, pois esta naturalização atingiu uma outra magnitude. Como Oliveira e colaboradores (2022) expõem: “o contexto de incertezas gerado pela pandemia aprofundou a insegurança e o sofrimento de várias populações. (...) A situação da população negra no Brasil vai da ausência de políticas públicas ao extermínio sistemático da juventude negra e a pandemia acentuou as consequências da desigualdade racial” (p.2).

Onde podemos ver os efeitos da necropolítica em face ao cenário pandêmico do COVID-19? Para além do que citamos na categoria anterior, podemos localizá-lo na acentuação das desigualdades a ponto de haver risco de vida. Sobre isto, alguns autores (Santos *et al*, 2020a; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Oliveira *et al*, 2020) mencionam a falta e/ou incompletude da variável raça/cor no campo da epidemiologia, saúde pública e das ciências sociais em saúde como uma grande invisibilização desta população e de seu alto índice de adoecimento e mortalidade por COVID-19. Essa compreensão pode ser ilustrada a partir da fala de Santos e colaboradores (2020a) que trazem que:

durante emergências em saúde pública, identificar o perfil epidemiológico de morbimortalidade é fundamental para o delineamento de políticas públicas que possam mitigar o evento. Por outro lado, o levantamento de dados sobre a COVID-19 no país, revelam que a escassez de dados desagregados por raça/cor impossibilita a verificação fidedigna dos impactos da pandemia sobre esse público e prejudica o desenvolvimento de planos estratégicos específicos (p.4212)

Há, portanto, não só uma negligência em referência a ausência de informações na composição das reflexões das estratégias para a proteção da população brasileira em face ao COVID-19, como também uma intencionalidade estatal em deixar essas informações de lado. Santos e colaboradores (2020a) caracterizam como genocídio o extermínio deliberado produzido pelo governo.

O ponto crucial que merece ser analisado é que invisibilizar raça/cor (assim como outras variáveis de análise como gênero, por exemplo) dos formulários dos sistemas de vigilância epidemiológica formatam e endossam a estrutura necropolítica que vai invisibilizar as mortes das pessoas negras justamente porque suas vidas podem ser ceifadas a qualquer momento sem que haja nenhuma responsabilização do Estado. Na prática, a negligência intencional da política de enfrentamento da pandemia do Estado brasileiro se conforma como mecanismo necropolítico do racismo estrutural e institucionalizado (p. 4220).

É através da lógica da necropolítica que a literatura explica como, embora exista o campo raça/cor – que, como dissemos, passou a ser obrigatório desde 2017 – nas fichas de registro individual dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) hospitalizados e em todas as declarações de óbito emitidas pelo MS, tem-se pouquíssimas informações. Há, inclusive, poucas informações sobre essa omissão. As poucas referências encontradas na literatura são alarmantes: percentuais de não preenchimento do quesito raça/cor por parte dos profissionais de saúde de 22% no Rio Grande do Norte e Alagoas, 28% no Rio Grande do Sul e 62,2% em Pernambuco (Santos *et al*, 2020a).

Melo e Castro (2022), em seu trabalho, alertam que:

(...) mesmo após a inserção do registro raça e cor, foi encontrado um número significativo de informações ausentes e ignoradas. No boletim epidemiológico do Ministério da Saúde da semana 21 da pandemia da covid-19, em 2020, o número de casos confirmados com o registro de raça e cor ignorado era de 51,3% (60.382) do total de 117.598 casos confirmados, ou seja, a raça e a cor de mais da metade dos casos confirmados é desconhecida (Santos *et al.*, 2020 *apud* Melo; Castro, 2022, p.7).

Sobre este cenário, Batista, Proença e Silva (2021) nos lembra que a inclusão obrigatória do dado raça/cor só ocorreu após esforços do GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), da Coalizão Negra por Direitos e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade. E que, mesmo assim, devido à falta de monitoramento dos órgãos de saúde, essa informação não tem sido nem preenchida e nem sequer analisada nos boletins epidemiológicos. Os autores concluem que essas atitudes só podem ser lidas como uma expressividade também do racismo institucional, que resiste em produzir mudanças para garantir mais saúde e menos adoecimento à população negra.

Ainda acerca deste cenário de omissão “intencional”, cabe incluir que nos monitoramentos online para disponibilizar informações em tempo real sobre casos de

COVID-19, nestes formulários também não se incluía a variável cor/raça. Santos e colaboradores (2020a) interpretam que “essa omissão das análises epidemiológicas do determinante social em saúde raça/cor pode revelar a pretensão de invisibilizar quem são os mais atingidos pela epidemia. O obscurantismo intencional aplicado pelo Estado brasileiro desvela a máquina de fazer morrer que as estratégias de enfrentamento da pandemia têm anunciado” (p.4217). Foi somente em junho de 2020 que a Defensoria Pública da União (DPU), junto a outras defensorias estatais e grupos representativos, solicitaram e ajuizaram ações que possuíam como intuito obrigar a aplicação dos formulários e a divulgação dos resultados referentes a raça/cor nos sistemas de vigilância epidemiológica.

Oliveira e colaboradores (2022), bem como Santos e Silva (2022), salientam que as informações em relação à negligência com a população negra são alarmantes, mas ainda piores quando questões de gênero, etnia/raça, classe e juventude se interseccionam. A título de exemplificação, Oliveira e colaboradores (2022) citam o estudo de Crenshaw (2002 *apud* Oliveira *et al*, 2002) com estatísticas alarmantes de discriminação racial referente à gênero. Essa mesma temática – a intersecção de gênero e a isso adicionam também o elemento classe – é examinada em detalhes no estudo de Santos e Silva (2022).

Por fim, gostaríamos de finalizar a apresentação das reflexões dos autores sobre essa temática recorrendo à reflexão de Santos e colaboradores (2020b), que apontam a instrumentalização da pandemia como uma ferramenta eugenista. Em suas palavras: “de modo a acelerar processos de eliminação de corpos tidos como indesejáveis, desvelando, assim, o possível uso político do novo agente do coronavírus na produção de uma limpeza social” (p. 6).

## **5.5 Eixo temático 5: intervenções**

Neste último tópico estaremos trazendo as práticas discursivas dos autores sobre aspectos que poderiam ser melhorados. Nomeamos essa categoria de intervenções, por entendermos que o que a literatura levantou nos dá pistas para podermos pensar e construir direcionamentos antirracistas.

O ponto mais abordado foi em relação a falta de preenchimento da variável

cor/raça nos instrumentos e, portanto, a ausência de reflexões que considerassem essa questão nas ações destinadas ao monitoramento e prevenção do COVID-19 (Santos *et al*, 2020). Nesta publicação, Santos e colaboradores advogam que

(...) há profissionais que conscientemente rejeitam o uso do campo de raça/cor mesmo após processo de capacitação e requisição do preenchimento das informações, e promovem adicionalmente medidas que objetivam desincentivar outros membros da equipe a não utilizar os protocolos locais para registro com a justificativa de que o campo para determinados sistemas de informação é facultativo e que é incômodo questionar, avaliar ou debater com o paciente a questão, tendo em vista que há outros dados que são obrigatórios e avaliados como metas dentro dos sistemas de informação (p. 4271).

Logo, seria imprescindível não só intervenções no âmbito estatal, que buscassem incentivar a divulgação de informações desagregados por raça/cor, como também sensibilizações com profissionais ou até mesmo capacitações que ajudassem aqueles do campo saúde a compreender melhor questões de raça, bem como se atentarem para o que representa esta medida. Afinal, como vimos, ela foi fruto de uma grande conquista política da PNSIPN e, sem considerarmos isso, ignoramos a existência “do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde” (Santos *et al*, 2020a, p.18). Ou seja, para que as políticas sejam adequadamente implementadas e cumpridas.

Ainda, no tocante a outras ações possíveis, Santos *et al* (2020a) enfatizam que a OMS e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) recomendam que os governos promovam ambientes de participação social e aliança estratégica aos grupos étnicos mais vulneráveis, garantido a representatividade no desenvolvimento e elaboração das ações de enfrentamento ao COVID-19. Isso, por exemplo, é algo que não foi visto nas medidas corretivas e preventivas ao COVID-19. Nenhum dos artigos apresenta informações acerca disto, o que nos aponta para uma ausência de representatividade e uma falta de aposta no protagonismo das pessoas negras.

Acerca deste não investimento no protagonismo de pessoas negras, Dantas, Silva e Barbosa (2022) destacam que os

eventos históricos, ideológicos e sociais promoveram a desvalorização da população negra, delinearão sua exclusão, desvantagem, pobreza e precariedade de suas condições de vida atuais e provocaram marcas significativas, que impactam diretamente sua capacidade de inserção na sociedade, colocam barreiras no projeto de construção de um país democrático com oportunidades iguais para todos (p.7)

Há, portanto, um descumprimento claro do que é proposto pelas referidas instituições – OMS e OPAS. Isso pode ser visto a partir de como apenas dez por cento dos municípios brasileiros adotaram e implementaram a PNSIPN (Oliveira *et al*, 2022). Em face a ausência de medidas deste tipo, encontramos algumas pouquíssimas iniciativas, mas que são importantes de serem demarcadas aqui, tal como o Projeto Promotores da Saúde da População Negra, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, citado pelo trabalho de Oliveira e colaboradores (2022). Esse projeto ocorre a partir de cursos que buscam, através da educação permanente, contribuir para enfrentar as iniquidades em saúde e o racismo.

Contudo, iniciativas assim são exceção. A maioria dos municípios – cerca de 90% – produzem ações para a população negra sem serem discutidas em conselhos e sem participação social, isto dificulta a prevenção, promoção e a redução da vulnerabilidade desta população (Lorena *et al*, 2022). Em face aos desafios que a pandemia que o COVID-19 trouxe, as medidas de saúde pensadas também não foram adequadas a essa população. Acerca disto, Lorena e colaboradores (2022) criticam: “saúde pública não é promover distanciamento social estilo ‘faz-quem-quer’” (p.6). Apontam, então, a necessidade de uma prevenção comunitária – e, portanto, que fomenta políticas públicas que nasçam em contato com a realidade cotidiana das pessoas para quem aquelas políticas são voltadas; com isso atendendo os princípios de equidade e controle social no SUS – invés de uma prevenção institucionalizada. Ainda mais quando vemos que há um racismo institucional.

O resultado, portanto, quando pensamos nos cuidados à saúde em modos institucionalizados e não comunitários, é que o véu ideológico da branquitude prevalece (Lorena *et al*, 2022). Assim, a efetivação de políticas eficientes voltadas para a população negra continuará frágil, “por mais que a população negra esteja entre os piores indicadores de saúde, e que a PNSIPN, desde 2009, oriente a elaboração de medidas para a redução de iniquidades raciais nos instrumentos de gestão e planejamento do setor saúde (Portaria n. 992, 2009)” (Melo; Castro, 2022, p.8).

Para um combate efetivo dos danos da pandemia à população negra, seria necessário, como propõe Ferreira e Camargo (2021):

far-se-ia necessário a implementação de uma rede de proteção social a esse grupo racial, com o objetivo de reduzir o acometimento da doença e a

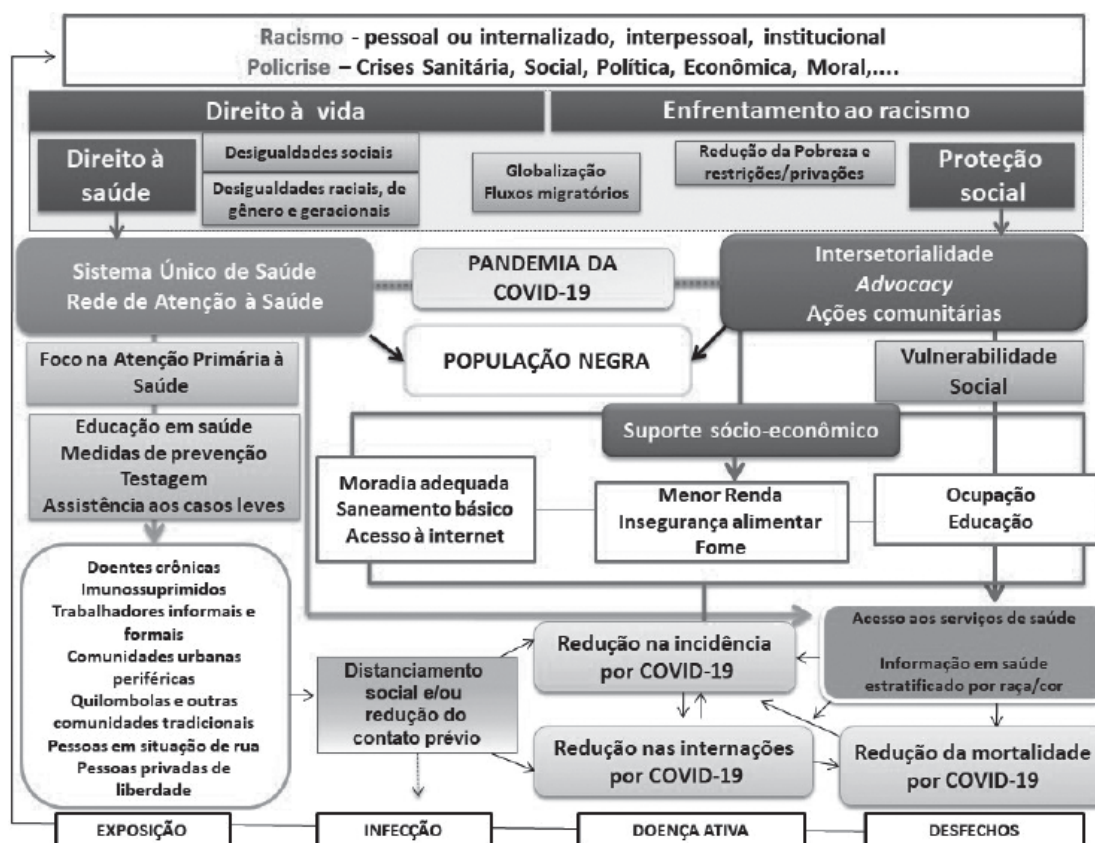
letalidade do vírus. Esse enfrentamento depende da maior disponibilidade de recursos e articulação de setores governamentais com grupos organizados da sociedade civil para o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Acredita-se que essas ações deveriam abarcar os mais diversos setores: social, econômico e assistencial (p.9)

A proposta dos autores coaduna com o que traz Santos e colaboradores (2020b). Esses últimos, porém, explicitam mais detalhadamente algumas propostas interventivas. Eles adicionam que:

No que se refere às diferentes estratégias para a redução da vulnerabilidade social das comunidades negras, observa-se a necessidade de articulação intersetorial, *advocacy* pela garantia do direito à vida em todas as suas dimensões e o combate ao racismo. Ademais, ações emergenciais comunitárias podem auxiliar no atendimento das necessidades básicas, como alimentação e redução da insegurança alimentar, melhoria nas condições de moradia (que abarca desde garantia da moradia como condições de higiene e saneamento básico dos domicílios), acesso à educação e informações qualificadas pela internet, ocupação e geração de renda. Todos esses aspectos estão diretamente relacionados a acesso e acessibilidade aos serviços de saúde. Nesse cenário, fica evidente o papel do Sistema Único de Saúde e da Atenção Primária à Saúde, em face dos seus atributos inerentes à orientação familiar, orientação comunitária e competência cultural. Todos os atores sociais atuantes nos territórios devem ser convocados para formar uma representação colegiada e compor os gabinetes de crise loco-regionais para subsidiar a tomada de decisão, no que tange a recursos humanos, financeiros, geração/manutenção de renda e de proteção social. O repasse de recursos financeiros do nível federal, bem como as contribuições de empresas, dos fundos, da sociedade civil deve considerar essa alternativa de gestão colegiada de crise. Essa (re)condução pode reverter e diminuir casos e mortes pela Covid-19 e reescrever a experiência brasileira (p.231).

Em face ao exposto, alguns autores (Ferreira; Camargo, 2021; Santos; colaboradores, 2020b) elencam elementos essenciais no tocante a esta temática, tais como: articulações intersetoriais, ações emergenciais comunitárias, acessibilidade aos serviços de saúde. Por fim, ainda apontam ser imperioso um investimento de recursos financeiros pelo governo federal no SUS, para fazer todas as medidas elencadas serem efetivadas. Os autores sumarizam a lógica das ações propostas na imagem abaixo.

**Figura 4.** Determinantes, impactos e estratégias de enfrentamento da pandemia do COVID-19 na população negra do Brasil por Santos e Colaboradores (2020b)



Fonte: Santos e Colaboradores (2020b, p.231)

Contudo, como bem coloca Oliveira e colaboradores (2020), para que tais ações fossem executadas, seria necessário fazer cair por terra o mito da democracia racial, posto que este é um elemento basilar que oculta as relações raciais de subalternização. Este mito, portanto, é um elemento fundamental na desaceleração e obstacularização da implementação de políticas e ações afirmativas. Pensando isto em termos práticos, Santos e Colaboradores (2020b) elencam recomendações propostas por um Grupo de Trabalho sobre Racismo e Saúde da Abrasco, em 2020. Essas seguem apresentadas na imagem abaixo (Figura 5).

**Figura 5.** Recomendações para reduzir os impactos negativos do COVID-19 em grupos vulnerabilizados propostas pelo GT Racismo e Saúde da Abrasco, elencado por Santos e Colaboradores (2020b)

1. Estabelecer um novo pacto social no qual TODAS AS PESSOAS possam viver com dignidade;
2. Reconhecer a importância e a necessidade do SUS para contenção da Covid-19;
3. Aportar recursos para o pleno funcionamento do SUS, em todas as suas instâncias de formulação, planejamento e gestão de políticas, financiamento, regulação, coordenação, controle e avaliação (do sistema/redes e dos prestadores, públicos ou privados) e prestação direta de serviços;
4. Orientar prefeitos e gestores para aplicar recursos da saúde, considerando o quantitativo e perfil da população negra, de modo a impactar positivamente na melhoria controle e redução de transmissão da Covid-19;
5. (Re)contratar profissionais para atuar na Atenção Primária à Saúde, uma vez que 80% dos casos da Covid-19 são manejados e necessitam de cuidados neste nível que é, reconhecidamente, hábil e capaz de lidar com grupos vulnerabilizados;
7. Orientar agentes comunitários de saúde para fazer busca ativa de idosos, pessoas com Hipertensão Arterial, Diabetes, Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas, Doenças Falciformes e outras doenças consideradas de risco para a Covid-19;
8. Realizar ações de educação em saúde, utilizando materiais educativos (em português, inglês e francês) e levar informações sobre a Covid-19 em parceria com organizações, grupos e coletivos negros nos territórios prioritariamente ocupados por população negra – quilombos, favelas, bairros periféricos, terreiros, assentamentos, populações do campo, escolas públicas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, e em situação de rua, entre outros;
  - 8.1. No que tange à população em situação de rua é crucial:
    - Disponibilizar banheiros públicos abertos e água potável em garrafas descartáveis;
    - Manter restaurantes populares abertos com horário mais amplo e entrega gratuita de alimento;

- Priorizar pessoas em situação de rua nas campanhas de vacinação;
  - Aumentar os recursos e ampliar as equipes para os Consultórios na Rua;
  - Distribuir kits com sabão, álcool gel e outros produtos de higiene;
  - Acomodar em imóveis apropriados às pessoas em situação de rua que precisam de isolamento;
  - Disponibilizar abrigo protegido para pessoas, suas carroças e animais de estimação.
9. Ampliar as condicionalidades nos programas de renda familiar mínima para contemplar: os grupos em contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica, risco de adoecimento e morte como: refugiados e migrantes, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, marisqueiras, geraizeiros, povos ciganos acampados, travestis, prostitutas e outros trabalhadores do sexo e população em situação de rua.
  10. Inserir a variável raça/cor nas fichas de registro e notificação da Covid-19, divulgar boletins e outras estatísticas oficiais apresentando dados desagregados também por esta variável.
  11. Envolver setores como Defensoria Pública, prestadores de serviços, terceiro setor e Organizações não Governamentais para atuarem na mitigação dos impactos negativos da Covid-19 nas populações de maior vulnerabilidade.
  12. Convocar e engajar instituições e pessoas de alta renda, para financiar ações de curto, médio e longo prazos voltados para estes grupos.

Fonte: Santos e Colaboradores (2020b, p.235-236)

## 6 DISCUSSÃO

Estaremos, aqui, tecendo comentários e reflexões acerca das categorias de análise produzidas pelo nosso estudo. Buscaremos, ainda, explicitar os posicionamentos, os aspectos históricos, culturais, sociais e ideológicos dos discursos que foram destacados durante a apresentação dos nossos resultados (Spink; Medrado, 2004).

Antes de nos aproximarmos das categorias de análise, uma informação dos nossos resultados anteriores – da sessão sobre a construção do nosso corpus de análise (5.1) – é importante de ser destacada. Fizemos um mapeamento de que partes do país esses autores falam, assim faz-se imprescindível reflexionarmos sobre a seguinte questão: quem são os interlocutores que têm produzido sobre as questões de raça e racismo em face ao COVID-19?

A imagem abaixo (Figura 6) procura resumir a distribuição de qual a região que estes autores falam. Temos, em verde, a sinalização de quantas produções científicas foram realizadas naquele estado.

**Figura 6.** Distribuição dos autores pelos estados do Brasil



Fonte: elaboração própria da pesquisadora

Não encontramos, portanto, uma preponderância de região. No Nordeste, contudo, encontramos um número maior de produções, contudo, sem grandes diferenças significativas. Um outro aspecto interessante desses resultados, é que temos quase que a representação de todas as regiões do nosso país – exceto pela região Centro-Oeste. Essa distribuição se faz significativa, posto que as produções científicas fizeram – exceto pelo trabalho de Lorena e colaboradores (2022) – análises de nível nacional, assim, obter produções a partir de diferentes lugares de fala seria imprescindível.

Não obstante, ainda sobre a abstenção de produções na região Centro-Oeste, esse achado se torna mais significativo quando vemos, a partir do Painel Coronavírus, que esta foi a região com maior índice de mortalidade por número de habitantes de todo o território nacional. A tabela abaixo procura ilustrar a distribuição de casos, óbitos, incidência e mortalidade por região.

**Tabela 4.** Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade

| Região do Brasil | Casos      | Óbitos  | Incidência/100mil hab. | Mortalidade/100mil hab. |
|------------------|------------|---------|------------------------|-------------------------|
| Sul              | 8.218.261  | 112.824 | 27416,2                | 376,4                   |
| Centro-Oeste     | 4.521.705  | 67.001  | 27745,5                | 411,1                   |
| Norte            | 2.974.389  | 51.994  | 16138,0                | 282,1                   |
| Nordeste         | 7.554.582  | 136.788 | 13237,0                | 239,7                   |
| Sudeste          | 15.460.899 | 342.642 | 17495,4                | 387,7                   |

Fonte: Painel Coronavírus

Embora essas informações não tragam recortes sobre raça/cor, sabemos que, a partir dos achados gerais – de que há uma preponderância da população negra nas taxas de mortalidade nacionais (Santos; Pedro, 2020) – podemos presumir que haveria muito a ser produzido sobre esta temática também nesta região.

Uma vez caracterizado quem são esses/essas autores(as), vamos aos achados da nossa primeira categoria de análise. As duas tabelas construídas resumem como a produção científica tem caracterizado e percebido a incidência do racismo no cenário da COVID-19. No tocante à definição, tivemos apenas seis artigos (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Sthel; Silva, 2021; Melo; Castro, 2022; Dantas; Silva; Barbosa; Silva; Silva, 2023) que efetivamente trouxeram definições do como compreendem o conceito de racismo. Todas as produções que apresentam definições implicitamente ou explicitamente citaram as desigualdades produzidas pelo racismo. A concepção apresentada por Sthel e Silva (2021), porém, traz consigo mais uma reflexão sobre o racismo no sentido individualista (Almeida, 2018), ao passo que as demais noções, em suas definições, abarcam, pelo menos implicitamente, uma compreensão institucional e estrutural (Almeida, 2018) do racismo. Por fim, destas seis produções, somente duas delas (Santos *et al*, 2020a; Dantas; Silva; Barbosa; Silva; Silva, 2023) incluíram em suas significações a dimensão política do racismo.

Ao fazermos uma ponderação geral sobre como o racismo é vislumbrado pelas produções científicas – tal como resume a Tabela 4 – encontramos que foi quase que unânime a compreensão do racismo como um elemento estrutural. Apenas um (Lorena *et al*, 2022) dos quatorze artigos não faz menção a essa noção. Após o racismo estrutural, a percepção mais preponderante nos artigos é de racismo institucional, sendo abordado em dez das catorzes produções (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Gonzaga; Cunha, 2020; Oliveira *et al*, 2020; Sthel; Silva, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2022; Santos; Silva, 2022; Dantas; Silva; Barbosa, 2022).

Embora essas duas categorias – a saber, do racismo estrutural e institucional – sejam as mais citadas, não haviam definições explícitas destes conceitos nas produções científicas. O mesmo se deu para presença da noção de racismo individual nos trabalhos de Santos e colaboradores (2020b), Sthel e Silva (2021), Melo e Castro (2022) e, por fim, em Dantas, Silva e Barbosa (2022). Em contrapartida, dos sete artigos (Santos *et al*, 2020a; Gonzaga; Cunha, 2020; Sthel; Silva, 2021; Melo; Castro, 2022; Santos; Silva, 2022; Lorena *et al*, 2022; Silva; Silva, 2022) que mencionam o racismo ambiental, dois deles trouxeram definições explícitas do conceito: para Lorena e colaboradores (2022) ele pode ser definido como “discriminação racial nas políticas ambientais, de modo que o cumprimento do regulamento de leis e a escolha deliberada de comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras tenha origem na discriminação racial” (p.3). Já Silva e Silva (2023), tem-se que:

é chamado de racismo ambiental (...) uma vez que estes corpos têm cor e, por séculos, de acordo com a história, jazeram invisíveis e abandonados em situações de completas de subalternizações no que se refere à ascensão de políticas públicas conexas às questões socioambientais, quais sejam: saneamento básico precário; repartição de água insuficiente; poluição; enfermidades parasitárias além de serem os corpos que mais circundam e, mais que isso, residem nas ruas. Muitas famílias vivem gerações de desumanização, por vezes, têm somente a rua como espaço para (sobre)viver (Silva; Silva, 2023, p. 115).

A grande recorrência de alusões ao racismo estrutural, institucional e até mesmo ambiental pode ser compreendida tendo em vista que a maioria das produções trazem problematizações políticas, explicitando a marginalização da população negra e até mesmo a ineficiência das políticas públicas, seja em momentos comuns ou em calamidades como durante a pandemia do COVID-19.

Por fim, um achado importantíssimo no tocante às dimensões mapeadas do racismo diz respeito às pouquíssimas aparições de menções ao racismo no contexto científico. Houveram apenas três trabalhos (Gonzaga; Cunha, 2020; Sthel; Silva, 2021; Silva; Silva, 2022) que fizeram, literalmente, alusões. E esse é outro aspecto extremamente significativo: não há definição alguma deste conceito nos trabalhos e, quando ele emerge, é apenas a partir de aproximações indiretas. Vejamos:

A política de branqueamento não é a única iniciativa de Estado responsável pelos efeitos do racismo na população; porém, sua permanência ainda é produtora de sofrimento psíquico e social. O conjunto das instituições republicanas, como o judiciário, o sistema educacional, as leis e as políticas públicas, entre outras, **são uma rede tecida nas bases do racismo científico** (Sthel; Silva, 2021, p.17, grifo nosso)

A reprodução da mulher negra como aquela que deve prover ilimitadamente o cuidado, ainda que sob parca remuneração, tem sido reforçada na literatura, nas produções audiovisuais e **em publicações reificantes do racismo científico que reforçam a ideia dessas como seres biologicamente programados à sujeição** (Gonzaga; Cunha, 2020, p.7, grifo nosso)

Esses trechos ilustram como, embora a própria literatura reconheça que existe uma participação do conhecimento científico na produção de desigualdades e opressões a algumas raças – e, principalmente, da população negras –, os autores (Gonzaga; Cunha, 2020; Sthel; Silva, 2021) não problematizam o lugar da sua própria produção científica em face a isso. Ou seja, embora haja grandes questionamentos sobre os mecanismos e funções de outros tipos de racismos, quando nos aproximamos das reflexões sobre o racismo científico, isso não é encontrado. Não há diálogo sobre isto. Esta informação é alarmante. Ainda mais quando, durante a pandemia do COVID-19, havia tantos posicionamentos científicos diversos em trabalhos tanto sobre o vírus em si, quanto sobre sua incidência nas dinâmicas humanas.

No tocante à nossa segunda categoria de análise, vimos o quanto as diferenças significativas de piores condições de saúde da população negra são fruto da desigualdade entre os grupos raciais. Ainda, esse cenário se agrava quando instrumentos que deveriam estar sendo utilizados para a minimização da exposição das populações vulneráveis – tal como a população negra – não estão sendo operacionalizados. Essa subnotificação é tão preocupante que foi destacada por cinquenta por cento da literatura que analisamos (Santos *et al*, 2020a; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Oliveira *et al*,

2020). Todos destacam que é imprescindível que o recorte de raça/cor seja considerado nas políticas públicas de saúde. Contudo, durante a pandemia do COVID-19, isto se tornou um desafio contínuo: apenas cinco estados divulgaram informações desagregados por raça/cor (Santos *et al*, 2020a). Em alguns estados a escassez de informações referentes a raça/cor ultrapassa a média de cinquenta por cento dos casos notificados de COVID-19 (Santos *et al*, 2020a).

Deste modo, não há como pensarmos medidas efetivas para melhorias da saúde da população negra quando os instrumentos que buscariam produzir políticas específicas para esse grupo não estão sendo devidamente utilizados. Os efeitos do racismo estão diretamente relacionados à precariedade na qualidade de vida das pessoas negras quando em comparação a outra parcela do contingente populacional.

Em face a isso, a literatura (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Santos; Silva, 2022) critica a posição de intervenções mínimas do Estado perante à crise do COVID-19. Destacam que a ausência de medidas protetivas específicas para as populações vulneráveis é devido ao perfil de uma gestão orientada pelos ideais neoliberais. Tais compreensões ficam explícitas neste discurso de Silva e Silva (2023) quando dizem: “[o Estado] não se preocupa com as condições sociais dos indivíduos e prioriza o caráter economicista da crise sanitária” (p.114). Por fim, alguns autores (Silva; Silva, 2023) até explicitam que não houve, por parte do Estado, uma verdadeira intenção de conter ou combater os efeitos que a pandemia causou para estas populações.

Mas que efeitos foram esses? Nossa terceira categoria explorou justamente os discursos acerca disto. Iremos aqui, apenas retomar os principais elementos. Toda literatura localizou desigualdades que já existiam anteriormente aos tempos pandêmicos: tais como acerca do mercado de trabalho, sobre a distribuição de renda, condições de moradia (e, portanto, acesso à serviços básicos) e de vida, educação, proteção social, violência etc. (Sthell; Silva, 2022; Silva; Silva, 2023; Santos; Silva, 2022).

Os trabalhos (Silva; Silva, 2021; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Santos; Silva, 2022; Santos *et al*, 2020a; Sthell; Silva, 2022; Silva; Silva, 2023) explicitaram como os elementos supracitados estão diretamente relacionados com a

saúde e a qualidade de vida. Assim, em face a isto, Silva e Silva (2023) criticam as tentativas de privatização de serviços básicos de saúde que usam como justificativa a precariedade do SUS, quando, na verdade, parte desta precariedade vem da limitação de gastos públicos com a saúde, devido à Emenda Constitucional n.º 95. Os autores (Silva; Silva, 2023) ressaltam ainda que, caso houvesse uma privatização, a população negra estaria em uma situação ainda maior de vulnerabilidade.

Após todas as informações conferidas para caracterizar essas desigualdades, vários artigos (Silva; Silva, 2021; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Santos; Silva, 2022; Santos *et al*, 2020a; Sthell; Silva, 2022; Silva; Silva, 2023) explicitam que a desigualdade não só persistiu durante o cenário pandêmico, como também se intensificou devido a uma maior vulnerabilidade da população negra neste período: no campo do trabalho houveram demissões, afastamentos ou informalidades, ao passo que a inflação aumentou e auxílios governamentais sofreram diminuições (Santos; Silva, 2022).

Diante deste agravamento do cenário de vulnerabilidade, metade da literatura (Silva; Silva, 2021; Dantas; Silva; Barbosa, 2022; Oliveira *et al*, 2022; Santos; Silva, 2022; Santos *et al*, 2020a; Sthell; Silva, 2022; Silva; Silva, 2023) analisada aponta explicitamente a incongruência das medidas preconizadas pelo MS, caracterizando-as como insuficientes ou até mesmo impossíveis para a população negra, considerando a realidade social e material a qual está submetida no Brasil.

Na nossa quarta categoria a discussão avança para explicitar o papel da política nessas dinâmicas. Os artigos (Santos *et al*, 2020a; Santos *et al*, 2020b; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Melo; Castro, 2022; Oliveira *et al*, 2020; Santos; Silva, 2022) examinados trazem logo para a cena a noção de necrobiopoder ou necropolítica, ou seja, de um Estado forjado e cuja manutenção se dá a partir das forças da morte, que administram os sujeitos por meio do extermínio, do genocídio, do massacre. Uma vez que implica em tornar algumas pessoas em mortos-vivos, produz-se a precariedade da existência ou dos ambientes em que tais populações vivem. Não é à toa que, logo a seguir, aparece o racismo ambiental como um elemento importante nessas discussões, pois ele explicita a necropolítica e sua relação com o espaço: deixando a vida da população negra à margem, tanto literalmente (em territórios periféricos) quanto metaforicamente (sem qualidade de vida).

Retoma-se, então, a lógica neoliberal e como, em face a ela, o capital humano torna-se necessário. Diante deste capital, o corpo negro é uma moeda privilegiada. Ou ainda, uma “pedra angular”, como nomeia Oliveira e colaboradores (2020, p. 3). Essa lógica é sustentada pelo racismo estrutural, que alicerça a naturalização da violência racial-colonial, retirando os sentimentos de empatia, responsabilidade ou simpatia ao ver um corpo negro sendo explorado ou sofrendo. Assim, não é atípico que o grande número de mortes de pessoas negras não seja problematizado, que haja uma subnotificação ou até mesmo que isto não seja considerado um crime por omissão de informações essenciais à saúde de toda uma população. Ou, ainda, que tratemos com naturalidade que a maioria da população negra continuou trabalhando e sendo exposta a situações de vulnerabilidade ao vírus do COVID-19, sem estranhar que as adaptações pensadas pelo MS não se adequavam à realidade de todos os(as) brasileiros(as) (Batista; Proença; Silva, 2021; Silva; Silva, 2023; Melo; Castro, 2022).

Em face a esse cenário, problematiza-se o mito do SARS-CoV-2 (vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada COVID-19) como um “vírus democrático” (Melo; Castro, 2022). Ou seja, que atingiria a todos na mesma magnitude, quando é claro que as populações vulneráveis – negros, LGBTQI+, pessoas em situação de rua ou privadas de liberdade etc. – estiveram em intensa exposição ao longo de todo o processo, por não haver políticas específicas e adaptadas à sua proteção. A literatura (Santos *et al*, 2020a; Silva; Silva, 2023; Lorena *et al*, 2022; Batista; Proença; Silva, 2021; Melo; Castro, 2021; Ferreira; Camargo, 2021; Oliveira *et al*, 2020), então, aponta que a não publicação das devidas informações sobre raça/cor e a ausência de intenção de se tecer práticas específicas e eficientes de cuidado à população negra, como estratégias necropolíticas. Assim, Santos e colaboradores (2020b) apontam a instrumentalização da pandemia como uma ferramenta eugenista.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise empreendida aqui, percebemos que existe um quantitativo significativo de pesquisas desenvolvidas sobre as interseções entre raça/racismo e o COVID-19. A partir de nossos critérios, foram mapeados 14 artigos. Contudo, produções outras foram localizadas (TCC, Dissertação, Tese etc.). Tais matérias, todavia, não foram examinadas. Como não conseguiríamos nos deter a todo tipo de produção, um recorte – a saber, de analisar apenas artigos – se fez importantíssimo como um recurso metodológico. Através do *corpus* analisado, percebemos que essas produções advêm de quase todas as regiões do Brasil – exceto pelo Sudoeste.

Estas produções, como um todo, abordam questões de raça a partir de termos como: “*negro(a)*”, “*pretos*”, “*população negra*”, “*população preta*”, “*indivíduos pretos*”. Não foi observada nenhuma prevalência em relação a uma nomenclatura específica. A literatura, como um todo, variava entre essas nomeações enquanto sinônimos.

Acerca dos repertórios sobre raça e racismo, observamos que a maioria dos artigos possuíam uma visão crítica sobre o racismo, elencando duas ou mais magnitudes de sua participação no cotidiano da população negra. Tivemos como exceção apenas o estudo de Lorena e colaboradores (2022), que foi o único artigo científico a centrar sua análise em somente um tipo de racismo, o ambiental.

Vimos, ainda, que dos tipos de racismo mencionados, o racismo estrutural foi o mais caracterizado, seguido pelo institucional, ambiental, individual, científico e, por fim, o político. Não houveram contradições sobre como essas temáticas foram apresentadas pela literatura, pelo contrário, os discursos dialogavam de modo a corroborar as informações uns dos outros, mesmo que indiretamente. Acerca de aspectos que dialogavam, saltou-nos aos olhos como muitos autores entrelaçaram reflexões sobre o papel do racismo estrutural com o racismo ambiental. Dos tipos supracitados, esses foram os dois que mais se interrelacionaram.

Uma vez que o nosso foco foi observar as produções científicas, o que ficou em evidência foi o racismo no contexto científico ser pouquíssimo mencionado, mesmo quando, em tempos pandêmicos, houveram tantas produções científicas que

reafirmaram o mito do COVID-19 como uma “doença democrática” (Melo; Castro, 2022; Oliveira *et al*, 2022). Mesmo em face a este cenário, a literatura parece não ter se detido na incidência deste tipo de racismo e suas influências durante o período pandêmico.

Nossas inferências – a respeito do desinvestimento nas discussões sobre o racismo científico – foram reforçadas quando, ao analisarmos os artigos que trouxeram reflexões sobre esta temática, observamos que o racismo no contexto científico foi apenas citado. Ou seja, que este campo não foi abordado diretamente, mas sim investido através de alusões impessoais. Isto nos faz refletir sobre como os autores não se percebiam como participantes, isto é, como pessoas que deveriam estar implicadas nesta temática, principalmente porque ocupam o lugar de fala de pesquisadores. Assim, suas contribuições acerca deste assunto seriam bastante fecundas. Não só por seus lugares de fala, como também pela escassez de reflexões no tocante às incidências do racismo científico durante a pandemia do COVID-19.

Pensar o lugar do saber científico se faz imprescindível, visto que está diretamente relacionado com saberes e práticas em saúde (Silva; Silva, 2023). Embora consideremos isso um retrocesso no combate a todas as dimensões do racismo, nossas análises nos permitiram localizar como alguns campos explorados nos discursos destes trabalhos científicos nos possibilitam mapear as principais temáticas sensíveis no tocante às vivências da população negra em tempos de COVID-19.

Acerca de nossos achados, construiu-se um apanhado de informações sobre a saúde deste grupo. Aqui estivemos pensando saúde como uma noção ampliada e, portanto, como algo que é fruto de uma combinação de múltiplos fatores: alimentação, renda, moradia, educação, emprego, lazer, transporte, acesso e posse de terra etc. Vimos como, a partir das desigualdades levantadas, tem-se observado sérios danos à saúde das pessoas negras. Prejuízos esses que estiveram presentes antes mesmo do cenário pandêmico, mas que atingiram magnitudes imprescindíveis – e desumanas – com a chegada do covid e a instauração da pandemia.

As análises operadas apontam o Estado como responsável por esses danos. A literatura, unanimemente denuncia que o Estado deveria garantir condições dignas de vida para todos do território brasileiro, mas explicitam que a população negra – assim

como outras populações vulneráveis – têm vivido à margem e sido um dos principais alvos da necrobiopolítica. Como destaca Santos e colaboradores (2020): políticas de caráter “injusto, evitável, inaceitável e desumano” (p.4212).

Essas políticas – necropolítica ou necrobiopolítica – não só submetem parte da população a condições precárias, negligências múltiplas ou até mesmo à morte, como também produz uma naturalização destes efeitos. Assim, a população como um todo não percebe a condição marginal ou de mortos-vivos que esses públicos-alvo estão subordinados.

Não há, portanto, uma equidade em saúde. E essa ausência de equidade se tornou ainda mais explícita nos tempos pandêmicos, visto a disparidade dos territórios ocupados pelas populações vulneráveis em relação aos brancos (Santos; Silva, 2022). Essa diferença territorial, em si, não seria tão preocupante. Contudo, quando esse elemento se junta à ausência de políticas de proteção adequadas a essas populações vulneráveis, vemos, aí, a necrobiopolítica em ação.

Um dos efeitos da necrobiopolítica durante os tempos pandêmicos foi a subnotificação da informação cor/raça, um elemento essencial para pensar as políticas voltadas à população negra. Vimos como a adição da informação cor/raça foi fruto de uma luta política e, durante os tempos pandêmicos, essa conquista foi alvo de retrocesso. Ou, ainda, alvo de racismo, posto que há uma clara omissão do preenchimento de uma informação essencial ao combate da destruição diferencial do direito à vida – em que a população negra sempre sai perdendo, desvalorizada.

Em face ao exposto, gostaríamos de finalizar enfatizando que, embora o coronavírus seja uma manifestação clínica relativamente recente, as dificuldades evidenciadas que ele trouxe para a população negra nos remete a uma longa história social e política de dificuldades e vulnerabilidades no acesso à saúde. A pandemia passou, mas as marcas de vulnerabilidade que ela trouxe para essas pessoas, continuam. A pandemia passou, mas as desigualdades que estiveram presentes antes dela, continuaram após, e, como vimos, na verdade, se intensificaram.

Assim sendo, a fim de haver qualquer mudança neste cenário sócio-político, o Estado precisa passar a ouvir as vozes daqueles que foram e são vítimas do racismo, aquelas que sobreviveram ao COVID-19. Não só ouvir como também conferir

protagonismos a pessoas negras, para que elas, a partir de suas experiências, possam auxiliar na construção ou manutenção de políticas públicas pensadas para sua população. É imprescindível que as propostas da PNSIPN sejam efetivadas. Caso elas estivessem funcionando com maior efetivação durante os tempos pandêmicos (pois foi apenas a 10%), quiçá a população negra tivesse outras possibilidades no enfrentamento do COVID-19.

Em face a isso, a literatura analisada reforça a necessidade de um comprometimento com a dignidade para todos, ou seja, de direcionamentos antirracistas nas ações de saúde. Sendo, portanto, indispensável haver ações específicas para as populações vulneráveis. Para isto, é imprescindível um Estado que invista no funcionamento do SUS, especificamente na Atenção Primária em Saúde. Esse investimento envolve também a capacitação dos profissionais que lá atuem, para não produzirem violência ou furtarem o direito de outras pessoas – como, por exemplo, através do não preenchimento de informações imprescindíveis para ações estratégicas de promoção, proteção ou até mesmo de prevenção na rede pública de saúde.

Deste modo, concluímos que o presente estudo contribuiu ao mapear – a partir da literatura – pontos sensíveis sobre as interfaces entre o racismo e o COVID-19. Esta dissertação foi bastante feliz ao destacar os tipos de racismo mais examinados, observar como os artigos se referiram, em seus discursos, à população negra, bem como produziram reflexões sobre a dimensão política que alicerçou e possibilitou a aniquilação preponderante dos negros durante a pandemia do COVID-19. Este trabalho ainda, a partir das nossas análises, apontou possibilidades de ações futuras, interventivas, de combate ao racismo estrutural – bem como de outros tipos de racismo.

Contudo, embora haja consideráveis contribuições, esta dissertação também possui limitações. A primeira delas se dá em função de só termos conseguido abarcar produções que fossem artigos. Portanto, seria interessante que em trabalhos futuros outros tipos de produções (como TCCs, Dissertações, Teses etc.) pudessem ser incluídas e que se observasse como os discursos nesses trabalhos coadunam ou se distanciariam das informações aqui construídas.

Ainda, localizamos outras potencialidades para estudos futuros, tais como pesquisas que se dedicassem a analisar especificamente: 1) as interfaces entre as

produções científicas e seus discursos sobre o racismo científico; 2) a presença/omissão do preenchimento da variável cor/raça nos instrumentos destinados ao monitoramento e prevenção do COVID-19; 3) a questão da representatividade e protagonismo das pessoas negras na construção das medidas corretivas e protetivas pensadas para essa população em face ao COVID-19. Pensamos que pesquisas que avançassem ao se debruçarem sobre essas temáticas seriam extremamente fecundas para pensar raça, saúde e o COVID-19.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AUSTIN, John Langshaw. **Cómo hacer cosas con palabras**. Barcelona, España: Paidós, 1998.
- AVILA-ARAÚJO, Carlos Alberto. **A ciência como forma de conhecimento**. Science as a kind of knowledge. **Ciênc. cogn**, p. 127-142 (2006)
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981. [1963]
- BAKHTIN, M.; V. VOLOCHÍINOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAQUI, Pedro. *et al.* Ethnic and regional variations in hospital mortality from COVID-19 in Brazil: a cross-sectional observational study. **The Lancet Global Health**, v. 8, n. 8, p. E1018-E1026, 2020.
- BATISTA, Luís Eduarde; PROENÇA, Adriana; SILVA, Alexandre. COVID-19 e a população negra. **Interface (Botucatu)**. v.25, e210470, 2021.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu, Campinas**, v. 53, p. e185305, 2018.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022
- BORGES, B.; GOMES, F. **Saber de Mim: Autoconhecimento em escrituras negras**. Edições 70, 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores de vigilância em saúde descritos segundo a variável raça/cor, Brasil. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 48, n. 4, p. 1-35, 2017
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / MS, SGEP, DAGPCS – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44**

CAMINO, Leôncio *et al.* A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. **Revista de psicologia política**, v. 1, n. 1, p. 13-36, 2001.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquinho; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4.

CIMINI, Fernanda; JULIÃO, Nayara.; SOUZA, Aline. Estratégia brasileira de combate à COVID-19: como o vácuo de liderança minimiza os efeitos das políticas públicas já implementadas. **Observatório de Política e Gestão Hospitalar da Fiocruz**, 22 nov. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: Raça e gênero**. Brasília, p. 7-16, 2004.

DANTAS, Marianny Nayara Paiva *et al.* Reflexões sobre a mortalidade da população negra por COVID-19 e a desigualdade racial no Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**, v.31, n.3, e200667pt, 2022.

DEMO, Pedro. **Ciência rebelde**: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se. São Paulo: Atlas, 2012.

DESTRI, Alana; MARCHEZAN, Renata. **Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa**. Revista da ABRALIN, p. 1-25, 2021.

DIANGELO, Robin. **Não basta ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Letalidade da Covid-19 é até duas vezes maior na periferia**. Diário de Pernambuco, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/07/letalidade-da-covid-19-e-ate-duas-vezes-maior-na-periferia.html>. Acesso em: 17 fev. 2024.

DOS SANTOS, Herbert Luan Pereira Campos *et al.* Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, Supl.2, p.4211-4224, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Bruno Santos; CAMARGO, Climene Laura de. Vulnerabilidade da população negra brasileira frente à evolução da pandemia por COVID-19. **Revista Cuidarte**. v.12, n.2, e1322, 2021.

FOLHA PE. **Covid-19 é mais letal em bairros pobres do Recife**. Folha de Pernambuco, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/em-apuracao-bairros-pobres-do-recife-tem-maior-letalidade-da-covid/146604/>. Acesso em: 03 Jan. 2024.

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber**, Petrópolis. Editora Vozes, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.

GALVÃO, Maria Teresa dos Reis Lopes Silveira; JANEIRO, José Manuel da Silva Vilelas. O autocuidado em enfermagem: autogestão, automonitorização e gestão sintomática como conceitos relacionados: **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 226-236, 2013.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; CUNHA, Vivane Martins. Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: desvelando a Generificação do Genocídio Negro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e242819, p.1-17, 2020.

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA DA CIDADANIA. **Nota Técnica n. 6**, 2020. Recuperado de <http://www.mpf.mp.br/regiao2/sala-de-imprensa/nota-tecnica-6-2020>

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HILÁRIO, Leomir Cardoso; LIMA, Sophia Helena Rito. Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277075, 2023.

hooks, bell. **All about love: New visions**. HarperCollins Publishers, 2000.

hooks, bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn C (orgs.). **O Livro da Saúde da Mulher Negra: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola/Global Exchange; 2006.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e rendimento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2019

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro. 2019.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

JORNAL DO COMMERCIO. **Letalidade do coronavírus é maior em bairros mais pobres do Recife**. Jornal do Commercio, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/saude-e-bem-estar/2020/07/11953530-letalidade-do-coronavirus-e-maior-em-bairros-mais-pobres-do-recife.html>. Acesso em: 21 Out 2024.

KILOMBA, Grada (2019). **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogó.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 2001.

LORDE, Audre. Uma explosão de luz: Vivendo com Câncer (1988). **Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos**. Ubu Editora, 2020.

LORENA, Allan Gomes *et al.* Racismo ambiental e saúde: a pandemia de COVID-19 no Piauí. **Saúde Soc. São Paulo**, v.31, n.2, e210494pt, 2022.

LUNA, Sergio Vasconcelos de (2009). A revisão da literatura como parte integrante do processo de formulação do problema. In S. Luna, **Planejamento de pesquisa: Uma introdução** (pp. 85-111). São Paulo, SP: Educ.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: n-edições**. São Paulo, sp. 2018

MEDRADO, Benedito. *et al.* Abordagens psicossociais sobre a primeira fase da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Dossiê. **Psicol. Soc.** v.32 , 2020.

MEDRADO, Benedito. Textos em Cena: A mídia como prática discursiva. In Mary Jane P. Spink (Org.), **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano** (pp. 215-241). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013

MÉLLO, Ricardo Pimentel *et al.* Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & sociedade**, v. 19, p. 26-32, 2007.

MELO, Deborah Zuleide de Farias Melo; CASTRO, Janete, Lima. Entre o Racismo Estrutural e o Institucional: Reflexões sobre a Saúde da População Negra no Contexto da COVID-19. **Investigação Qualitativa em Saúde: Avanços e Desafios**, v. 13, 2022.

MENEGASSI, Renilson José; GASPAROTTO, Denise Moreira. Revisão dialógica: princípios teórico-metodológicos. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 19, p. 107-124, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem E Saturação Em Pesquisa Qualitativa: Consensos E Controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf). Acesso em: 28 mar. 2024.

MUYLAERT, Camila Junqueira. *et al* . Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. spe2, p. 184-189, Dec. 2014 .

NORONHA, Kenya Valeria Micaela de Souza. *et al.* Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 6, 2020.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, v. 17, p. 89-98, 2006.

OLIVEIRA, Cláudia Rodrigues *et al.* Diálogos na Pandemia: discutindo os impactos da COVID-19 sobre a população negra brasileira. **Saúde em Redes**. v.8, sup.2, 2022.

OLIVEIRA, Roberta Gondim. *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n.9, e00150120, 2020. p. 679-684, dezembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Oxygen sources and distribution for COVID-19 treatment centres**: interim guidance, 4 April 2020. Geneva: World Health Organization, 2020.

PALINSKI, Jane da Rosa. **Mortalidade materna e pandemia de COVID-19 no Brasil: uma análise das disparidades raciais e das mobilizações para o seu enfrentamento**. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso de especialização em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022.

PAZ, Diego; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; MEDRADO, Benedito. Revisão da literatura sobre homofobia: Escolhas, argumentos e exercício reflexivo em pesquisa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e215726, 2020.

PEÑA, Sebastian. *et al.* **PoliMap**: A taxonomy proposal for mapping and understanding the global policy response to COVID-19, 2020.

REIS, Diego Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a universidade. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e240967, 2022.

REIS, Diego Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGO, Lúcia Maria. A questão da cientificidade das ciências humanas. **Pro-posições**, v. 18, n. 1, p. 71-77, 2007.

SANTOS, Fernanda Barros; SILVA, Sergio Luiz Baptista. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da COVID-19. **Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro**, v. 13, n.3,

p.1847-1873, 2022.

SANTOS, Lucas Gabriel de Matos.; PEDRO, Rosa. Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico. **Psicol. Soc.** , Belo Horizonte, v. 32, e020017, 2020.

SANTOS, Marcia Pereira Alves *et al.* População negra e COVID-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos avançados**, v.3, n. 99, 2020.

SILVA, Priscila Thayane de Carvalho Silva; SILVA, Camila Ferreira. Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da COVID-19. **R. Katál., Florianópolis**, v.26, n. 1, p. 110-119, jan./abr. 2023.

SILVA, Sebastião Bruno Taveira. **Desigualdade racial no contexto da COVID-19: um estudo espacial em Recife**. 65f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, Mar., 2021.

SOUZA, Neusa Santos (2021). **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz; Companhia das Letras.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Mary Jane.; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação In: SPINK, Mary Jane. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 71-99. São Paulo, SP: Cortez

SPINK, Mary Jane; FREZZA; Rose. Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1998.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teóricometodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 63-92, 1999.

STHEL, Fernanda Gonçalves; SILVA, Luciane Soares. A crise da pandemia da COVID-19 desnuda o racismo estrutural no Brasil. **Sociologia on line**, n.º 26, p. 11-32, agosto 2021.

VEIGA, Lucas Motta. **Clínica do Impossível: Linhas de fuga e de cura**. Telha. 2021

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 2019.